



Vinicius Kede

**Os botequins da cidade: sociabilidades
do mundo do trabalho e da cultura popular**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da PUC-Rio (PPGCIS) como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Rio de Janeiro
Abril de 2023



Vinicius Kede

**Os botequins da cidade: sociabilidades
do mundo do trabalho e da cultura popular**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da PUC-Rio (PPGCIS) como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais.

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Orientador

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profª. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profª. Maria Sarah da Silva Telles

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profª. Tatiana Oliveira Siciliano

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Vinicius Kede

Graduou-se em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2015, desenvolvendo a sua monografia de conclusão de curso sobre a construção social das favelas do Rio de Janeiro e da pacificação como continuação das disputas de identidade a partir da segurança pública militarizada. É assessor no gabinete da reitoria da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Kede, Vinicius

Os botequins da cidade : sociabilidades do mundo do trabalho e da cultura popular / Vinicius Kede ; orientador: Marcelo Tadeu Baumann Burgos. – 2023.

72 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Botequim. 3. Cidade. 4. Sociabilidade. 5. Território. 6. Trabalho. I. Burgos, Marcelo Tadeu Baumann. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Agradecimentos

Gostaria de deixar aqui registrado o meu sincero agradecimento à banca, as professoras Maria Alice Rezende de Carvalho, Sarah Telles e Tatiana Siciliano, que tão pacientemente me dedicaram tempo e acrescentaram, cada uma a seu modo, considerações que foram incorporadas à pesquisa.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Marcelo Burgos, que foi, desde o início, um entusiasta do projeto, guiando e somando no percurso com um perfeito equilíbrio entre apoio, liberdade e críticas. Ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio, representado por todos os seus professores e funcionárias.

Obrigado aos meus colegas de trabalho, em especial ao Padre Anderson Antonio Pedroso, S.J., por toda colaboração e apoio.

Ao Diego Lara, meu primeiro e grande companheiro de botequim. A todos os amigos e amigas que contribuíram com a elaboração desta dissertação, incentivando ou simplesmente silenciando convites ao botequim. A minha família pelo afeto e carinho. Ao Moreira, cujas contribuições superaram em muito no projeto e amizade.

Agradeço a minha companheira Flávia Trizotto, por sua enorme generosidade, paciência e parceria durante este árduo processo de pesquisa e escrita.

Por fim, agradeço aos botequins da cidade, como grande fonte de inspiração e encanto.

Resumo

Kede, Vinicius. Burgos, Marcelo Tadeu Baumann (Orientador). **Os botequins da cidade: sociabilidades do mundo do trabalho e da cultura popular.** Rio de Janeiro, 2023. 72p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa explora a importância do botequim como um espaço vital para grupos historicamente marginalizados, proporcionando modos de vida alternativos e um sentimento de pertencimento ao bairro, às ruas e à cidade. Também destaca a conexão entre o botequim e a dimensão urbana, uma vez que constitui um lugar de encontro e ocupação em uma cidade cada vez mais segregada. Busca-se ampliar a discussão sobre a literatura que aborda o botequim, sua relação com o território e as formas de sociabilidade, bem como suas implicações para a autonomia do indivíduo e várias formas de opressão, além do impacto das políticas urbanas e culturais. A pesquisa também visa apontar para uma reflexão crítica a respeito da implementação de políticas culturais no Rio de Janeiro, onde a patrimonialização do botequim parece estar sujeita à lógica do neoliberalismo urbano.

Palavras-chave

Botequim; Cidade; Sociabilidade; Território; Trabalho.

Abstract

Kede, Vinicius. Burgos, Marcelo Tadeu Baumann. (Advisor). **The “botequins” of the city: sociabilities of work and popular culture.** Rio de Janeiro, 2023. 72p. MSc. Dissertation – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research explores the significance of the *botequim* as a vital space for historically marginalized groups, providing alternative ways of living and a sense of belonging to the neighborhood, streets, and the city. It also highlights the connection between the *botequim* and the urban dimension, as it constitutes a meeting place and occupation in a city that is becoming increasingly segregated. The study aims to broaden the discussion on literature that addresses the *botequim*, its relationship with the territory and forms of sociability, as well as its implications for the individual's autonomy and various forms of oppression, in addition to the impact of urban and cultural policies. The research also aims to prompt a critical reflection on the implementation of cultural policies in Rio de Janeiro, where the heritage recognition of the *botequim* seems to be subject to the logic of urban neoliberalism.

Keywords

“Botequim”; City; Sociability; Territory; Work.

Sumário

1. Introdução	8
2. Abrindo os caminhos	13
2.1 Botequim: um espaço privilegiado de análise	15
2.2 Os espaços de sociabilidade	17
2.3 Os territórios de significados e símbolos	21
2.4 As cidades	24
2.5 O botequim	28
3. As transformações do capitalismo, trabalho e cidades	36
3.1 O projeto colonial	38
3.2 Transição no Brasil: da escravidão ao trabalho livre	40
3.3 A afirmação do capitalismo: as formas do controle social	45
3.3.1 Fábrica e disciplina	45
3.3.2 Combate à vadiagem e o uso da força: casos de polícia	48
3.4 O outro e os seus espaços	50
3.4.1 O estigma sobre as favelas	51
3.4.2 A visão negativa do botequim	53
4. As formas espontâneas de viver: as frestas	55
4.1 Utilidade ou significado	56
4.2 Outros territórios da cultura popular	57
4.3 A partir dos territórios, os espaços de memória	60
4.4 Memória, patrimônio e legado	61
4.5 As possibilidades e os problemas da patrimonialização	63
5. Conclusão: discontinuidades e permanências	67
6. Referências bibliográficas	69

1. Introdução

São poucas as pesquisas dedicadas a compreender, a partir da perspectiva da sociologia, o papel do botequim na vida social e urbana do Rio de Janeiro. Esse é um fato curioso, já que esse tipo de estabelecimento está presente na paisagem muitos ou quase todos os seus bairros e faz parte do cotidiano de parcela significativa da população carioca. Nas diferentes zonas da cidade, o botequim se apresenta como espaço complexo, que abre caminhos para uma reflexão mais ampla sobre diversas questões da vida social e urbana. Assim, o objetivo desta pesquisa é pensar o botequim como um espaço importante da cidade e da vida urbana, que permite articular as dimensões cultural e produtiva, assim como as disputas em torno dos seus espaços. Nesse sentido, a pesquisa está organizada em três capítulos, que se somam à introdução e conclusão.

O primeiro capítulo busca apresentar ao leitor um arcabouço teórico mais amplo, onde serão apresentados os interlocutores e os eixos de análise principais que serão a referência para tratar do tema do botequim na cidade, em sua relação com o tecido social e urbano. Tomaremos o botequim a partir dos conceitos de sociabilidade e território como duas chaves fundamentais de análise para abordar essa complexa relação.

A partir da chave teórica elaborada por Simmel (1979), o botequim se revela como um espaço de encontros e de grande significação social, de onde parece emergir um padrão de sociabilidade específico. Como forma de interação, a sociabilidade se sustenta sobre códigos de valores, ideias e cosmologias, que transcendem o espaço físico do botequim, fora dos sistemas formais de controle e organização social. Ainda, o caráter democrático da sociabilidade permite a criação de redes de cooperação e solidariedade através da manutenção de vínculos honestos entre os indivíduos. Dessa forma, o conceito de sociabilidade nos permite circular um campo de questões para pensar os indivíduos a partir de sua interação com o mundo social. Por outro lado, consideramos que a sociabilidade também é influenciada pelo território onde ela se manifesta, o que pode ter implicações para a formação da subjetividade dos indivíduos e para a experiência de ser e vivenciar o mundo. Essa relação de mão dupla entre sociabilidade e território pode informar

o campo de ação dos sujeitos, criando contornos específicos para sua experiência social.

Como segunda chave teórica, o conceito de território nos ajudará a pensar de que maneira são forjadas as sociabilidades do botequim, ao levar em conta a importância a dimensão do espaço construído. A principal referência sobre a noção de território usada nesta pesquisa é elaborada por Muniz Sodré (2019), a qual considera os territórios enquanto espaços preenchidos de significados simbólicos e materiais, que se ligam às subjetividades dos indivíduos que a ele estão relacionados. São espaços onde os indivíduos se reconhecem ao elaborar visões sobre si mesmos, e que, no limite, passam a informar um complexo sistema de ação e identificação social. Esses dois conceitos nos ajudam a fechar um primeiro campo mais amplo de investigação em torno do botequim como objeto de pesquisa.

Na sequência, para abordar mais especificamente o tema da sociologia urbana, iremos mobilizar autores que levam em consideração duas dimensões de cidade. A primeira se relaciona à dimensão da cidade construída, que inclui o seu desenho, as ruas e os elementos e dispositivos urbanos. A segunda dimensão se relaciona à mentalidade e a cultura, que envolve a forma de habitar e viver no espaço urbano, a relação com os outros e a vizinhança. Essa dimensão se manifesta na forma como as pessoas ocupam e conferem significado aos espaços da cidade. Nesse sentido, utilizaremos outras referências da sociologia urbana, especialmente nomes vinculados à Escola de Chicago, como Robert Park (1967), a partir da noção de região moral, e Jane Jacobs (2007), que empresta grande valor à dimensão da cultura e da experiência cotidiana dos indivíduos como forma de garantir a vitalidade dos espaços urbanos. No entanto, Richard Sennett (2018) aponta que é preciso superar o distanciamento entre as dimensões dos estudos urbanos relacionadas à vivência na cidade e à sua construção física. Este autor está propondo uma reflexão sobre a importância de valorizar não somente a dimensão da cultura, mas também aquela que diz respeito às formas da cidade construída, especialmente as formas abertas que podem promover uma ética urbana que promova a criação de espaços de sociabilidade participativos.

Embora o tema do botequim perpassasse tais discussões de fundo teórico de maneira transversal, ao final deste capítulo procuramos elaborar uma reflexão sobre

o estado das artes da bibliografia a respeito do botequim. As abordagens mais icônicas, entre outras que serão exploradas de maneira mais sistemática ao longo da pesquisa, estão em Sidney Chalhoub (2012) e Luiz Antônio Machado (2011). Aqui, no entanto, nos interessa observar de maneira breve para as limitações dessas duas perspectivas. Na pesquisa desenvolvida por Chalhoub, o botequim aparece como um recurso para compor uma paisagem que construir como historiador, ao passo que não confere um caráter propriamente sociológico ao botequim. Nesse cenário, o botequim aparece como um lugar de referência para as populações subalternizadas da cidade, mas não há uma investigação mais aprofundada se não aquela que o entende como um espaço de sociabilidade estigmatizado, onde recaíram a vigilância e o controle, principalmente através da repressão policial. Já na pesquisa de Machado, a dimensão sociológica aparece vinculada a um contexto histórico específico, e que tende a conferir ao botequim um caráter funcional. Para o autor, o botequim se coloca como um lugar está cumprindo um papel na ocasião das falências do que chama de organizações tradicionais e contemporâneas de sustentação dos indivíduos. O que nos leva a crer que, caso essas organizações não tivessem falhado, o botequim não seria o que ele é. Entendemos que tal perspectiva não compreende o botequim como algo propositivo e com algum tipo de agência própria.

A partir das categorias de sociabilidade e território, procuraremos demonstrar que os espaços de sociabilidade e de significação social, como o botequim, possuem uma maneira singular que se manifesta em sua dinâmica interna. Contudo, essa lógica também se comunica com o todo, abrangendo as dimensões da cidade construída e da cidade representada, e afetando as ações e comportamentos das pessoas e dos grupos. Além disso, consideramos que esses espaços são marcados por expressões simbólicas que estão associadas às experiências humanas, tanto coletivas quanto individuais, e são capazes de conceber novas formas de organização social e visões de mundo.

O segundo capítulo tem como objetivo perceber o nosso objeto em diferentes contextos históricos que marcam a sua relação com a cidade e, em especial, com a mundo do trabalho, mesmo considerando uma possível continuidade em relação aos processos de inclusão precária ou exclusão dos indivíduos nos sistemas formais da sociedade. No período pós-abolição, a elite

dominante via os libertos como inadequados ao trabalho e à vida em sociedade. Acreditava-se que não possuíam uma cultura propícia ao trabalho e eram portadores de vícios que ameaçavam a ordem moral. Como resultado, foram excluídos da estrutura formal da sociedade. Ao mesmo tempo, a política de importação de mão de obra estrangeira se traduziu em competição criou obstáculos ainda mais complexos para a integração no novo regime. A segunda marcação histórica se dá no contexto do Estado Novo, com aprofundamento do capitalismo e com novas formas de controle que remetem não somente ao local de trabalho, como a fábrica que procurava disciplinar os trabalhadores na intenção de estimular no seu íntimo a criação de uma ética voltada para o trabalho, mas, sobretudo, na esfera do lar e de outros espaços ligados a vida íntima dos trabalhadores, como os espaços consagrados ao lazer, como as ruas e o botequim, também eram circundados por um complexo sistema de valores de ordem moral, que exigiam um determinado comportamento disciplinado.

Em resumo, será possível perceber que mesmo em contextos históricos distintos, a lógica da colonização e do livre mercado determinaram as formas do ordenamento social e urbano, através de duros esquemas de controle e disciplina ao operar, na cidade, em ambas as dimensões da mentalidade e do espaço construído. Esses dois períodos históricos, não parecem ser tão distintos entre si, já que para a maioria da população significaram a inclusão precária ou a exclusão total de sua participação nas esferas formais de integração à vida social e urbana, tanto nas dimensões cívica quanto na dimensão política. Em nenhum desses contextos o botequim deixou ser alvo da vigilância e do controle policial, principalmente por se tornar um espaço de sociabilidade estigmatizado, intimamente ligado à cultura popular que era entendida como ameaça ao projeto de cidade e de sociedade que as elites locais buscavam impor, na busca da inserção do Rio de Janeiro na rota da civilização e do mercado internacional.

Terceiro capítulo marca uma mudança na abordagem sobre o botequim, que passa a ser visto como objeto de preservação da identidade cultural da cidade. Será possível olhar sobre o prisma da potencialidade dos territórios e da sociabilidade como vetor de reprodução social, a medida que espaços são ritualizados e preenchidos de significados. Entre os espaços vinculados à cultura popular, abordaremos de maneira breve os casos do Maracanã e dos terreiros de candomblé.

A partir dessa discussão, será abordada a noção de patrimônio, e como os territórios e a sociabilidade operam como espaços de memória, vetores que transmitem uma herança e um legado de saberes relacionados às subjetividades dos indivíduos no contexto das cidades. Ao final do capítulo, essa pesquisa abre caminho para a reflexão crítica sobre políticas culturais urbanas que vêm sendo implementadas na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas, onde a noção de patrimônio, ou mais especificamente, o processo de patrimonialização do botequim, parece estar submetido à lógica de um tipo de neoliberalismo urbano. Como veremos, esse processo acaba se pautando na concepção de cidade que elege aquilo que é peculiar, o que faz parte da sua identidade cultural como ativos de mercado, na procura viabilizar a sua entrada no circuito do capital internacional.

Esta pesquisa possui, sobretudo, um caráter exploratório. Não pretendemos fazer um estudo aprofundado sobre um determinado tema que se relaciona ao botequim, mas traçar um panorama mais amplo que põe em discussão o que se tem sobre a literatura que aborda o botequim, em sua relação com o território e com as formas de sociabilidade, articulando através desses dois conceitos-chave as percepções sobre a cidade, na tentativa de elaborar uma nova proposta de abordagem que permite delimitar um arco largo de questões. São questões que têm a ver com a subjetividade e com a autonomia do indivíduo em face às diferentes formas de opressão, desde a segregação até o mercado de trabalho. Por outro lado, busca-se refletir sobre políticas urbanas e culturais. Mais do que tentar aprofundar discussões já existentes, esta pesquisa procura abrir novos caminhos de investigação.

2. Abrindo os caminhos

Iniciar a escrita de uma pesquisa não é tarefa simples. O ato de escrever sugere que o autor se implique de forma clara e sucinta, grifando no "papel" a sua sensibilidade. A escrita vai ganhando corpo, à medida que o autor consegue expressar com criatividade a sua maneira própria de observar as coisas do mundo, apresentando de modo cativante ao leitor as reflexões que mais lhe parecerem pertinentes, articulando perspectivas ainda não exploradas sob determinado ponto de vista. No caso do cientista social, contudo, essa tarefa torna-se ainda mais desafiadora, uma vez que dele se espera, de modo muito particular, uma resposta ao que se pretende analisar mais aproximada e fiel da ideia de *realidade* do mundo social quanto possível.

O percurso de escrita desta pesquisa não se deu sem alguns obstáculos, ou momentos de considerável incerteza sobre os seus possíveis rumos. Isso porque não foi nada simples ter que optar por engajar na própria escrita e na reflexão aqui proposta uma visão que me é particular, baseada nas percepções, compreensões e interpretações que são consequência - diria, quase natural - de uma vivência aproximada do campo e do objeto que pretendo investigar. Ou, por outro lado, engajar a partir da ótica peculiar do cientista social, constantemente representada de maneira superficial por aquilo que se considera um desejável e obrigatório distanciamento imparcial e impessoal. Com muito custo, finalmente entendi que era necessário que eu resgatasse a memória de conversas que tive com amigos próximos que se especializaram em outros campos do saber, e que por vezes dividiram comigo as angústias da redação deste trabalho, algumas ideias para contornar os caminhos que se apresentavam como bifurcações de perspectiva. Por isso, depois de escrever, apagar e recomeçar por diversas vezes, compreendi que essa pesquisa sobre o botequim, interessada nas condições dos sujeitos do mundo do trabalho inseridos na cultura popular, e a sua relação com a cidade, deveria conter um pouco daquilo que de algum modo me inspirou e que, dentro do possível, tentarei transmitir. Por isso, peço licença para contar uma breve experiência que, embora não tenha qualquer pretensão sociológica, contribuiu significativamente para que eu pudesse perceber o botequim como um espaço promissor para a realização desta pesquisa.

Atualmente, resido em um bairro tradicional e turístico da zona central da cidade do Rio de Janeiro, que possui, entre outros atrativos, uma intensa vida boêmia e um número considerável de botequins "conhecidos". Os visitantes e não residentes representam a maior parcela dos frequentadores desses botequins mais "famosos", alguns deles centenários, que ainda preservam e mantêm a arquitetura original das fachadas e até mesmo do seu interior. Mas no bairro existem também estabelecimentos menores e menos conhecidos, frequentados apenas pela vizinhança mais próxima, que tem no lugar um ponto central de referência do seu cotidiano. Há alguns anos passei a frequentar um desses botequins, em funcionamento desde 1952, e que teve como primeiro proprietário um imigrante português que morava em um prédio localizado alguns metros adiante. Muitos dos moradores mais antigos frequentam ou frequentaram o local, que se tornou parte indissociável da história da própria comunidade do entorno que se formou nas últimas sete décadas.

Percebi logo durante as primeiras idas que era raro encontrar no bairro um botequim que fosse frequentado quase que exclusivamente pela vizinhança do seu entorno próximo. Lá, todos se conhecem e compartilham algum nível de solidariedade, pois o lugar não é apenas um ponto de lazer, mas é, também, o lugar para se informar sobre diversos acontecimentos do bairro. Por ser um espaço consideravelmente pequeno, a calçada se apresenta como extensão do local, passando a sensação de que os vizinhos percebem aquele espaço como uma espécie de praça pública. Ficou nítido para mim que estar no botequim era também ocupar a rua. E que, no limite, ocupar a rua se traduzia em formas de ocupação dos espaços do bairro e da cidade.

Talvez pela própria configuração do bairro, a composição daqueles vizinhos frequentadores era muito diversa e heterogênea, o que resultava numa boa mistura entre jovens, idosos, aposentados, empregados, mães com seus filhos, autônomos, estudantes, pessoas mais humildes e mais abastadas. No botequim, no entanto, todos compartilhavam certa sensação de igualdade, porque o espaço proporciona também um grande sentimento de pertencimento. Foi frequentando este botequim que conheci uma boa parte dos vizinhos e passei a cultivar laços estreitos de

amizade com muitos deles. Essa vivência contribuiu significativamente para a minha própria integração na vizinhança.

O que quero dizer é que este botequim não estava ali por acaso, e não deve ser visto como um outro estabelecimento qualquer. Inúmeros estabelecimentos comerciais já foram vizinhos de porta, e chegaram a funcionar por dois, três e, alguns até, por cinco longos anos. Mesmo assim, o pequeno botequim, ao longo dos seus setenta anos de existência, presenciou o momento em que todos eles fecharam as suas portas. Trata-se de um estabelecimento simples, de uns vinte e cinco metros quadrados, que é equipado somente com um rádio e uma televisão que raramente é ligada. O grande atrativo, é mesmo olhar o movimento da rua enquanto molham a palavra para ingressar em alguma roda de conversa. As geladeiras de bebidas ocupam boa parte do pedaço, que conta com o privilégio de possuir dois banheiros de uso exclusivo destinados a homens e mulheres. De frente para uma das entradas, há um balcão de mármore, onde são feitos os pedidos e a entrega das bebidas. Tampouco há mesas, apenas poucas cadeiras espalhadas pelo pequeno salão acolhem os corpos dos fregueses. Ainda é possível ver uma barra de ferro que cruza no teto logo acima do balcão, revelando a história do estabelecimento que, além de botequim, funcionava também como mercearia e açougue. Nas paredes, as fotos parecem montar uma linha do tempo sobre as histórias e pessoas que se encontraram ali em algum momento de suas vidas. No canto ao fundo, uma imagem de São Jorge e uma vela o protegem dos maus olhados e das adversidades do dia a dia. A despeito de sua simplicidade, a resiliência do lugar é a maior demonstração da sua força e significância no cotidiano da vida da vizinhança.

2.1

Um espaço privilegiado de análise

Pretendo animar o leitor para que disponha de um olhar sensível para perceber as nuances inerentes ao botequim e, a partir delas, buscar refletir sobre uma constelação social mais ampla, e que diz respeito a uma certa maneira de ser, de uma subjetividade que é própria daquele lugar. Esse olhar parte de dentro para fora, e se pretende sensível também à rua, ao bairro, à cidade e às condições da vida urbana de modo geral. Tive a intuição que seria possível observar as redes e as conexões que viabilizam as variadas formas de apropriação e ocupação dos espaços

da cidade, tomando este lugar como um espaço privilegiado de análise. Afinal, o botequim é um lugar de encontro com grande significação social¹.

Por ser um espaço de encontros de grande diversidade social e cultural, o botequim, enquanto objeto de pesquisa, possui grande amplitude analítica. Referência no contexto da cidade, ele vem acompanhando boa parte da história do Rio de Janeiro e se constituiu, ao longo do tempo, como um espaço propício a encontros e convivências entre indivíduos de origens e vivências bastante variadas. Isso ocorre, certamente, porque possui, no arranjo de sua arquitetura física, características singulares, colocando-se aberto para a cidade, e subjetivamente aberto às gentes de classe, raça, nacionalidade, gênero, e religiões distintas. Por esse encontro e por sua longevidade dá-se a sua amplitude e relevância como objeto de análise.

A partir da lógica peculiar desse espaço de encontro, pode-se dizer que o intercâmbio entre as culturas de diferentes origens não produziu nenhuma forma de síntese ou a dissolução de diferenças. Ao contrário, espaços como estes asseguram a perseverança das diversas subjetividades, onde a afetação recíproca pôde proporcionar uma expansão étnico-cultural muito rica em símbolos e significados, assim como propõe Muniz Sodré (2019) quando aborda a experiência dos terreiros nos territórios urbanos brasileiros.

Consideramos que o botequim cultiva uma relação orgânica com a cidade e com o mundo social. Sua configuração, nas dimensões simbólica e material, não só é fruto das experiências do cotidiano da cidade, mas também, como veremos adiante, passa a informar as ações, visões de mundo e o próprio desenvolvimento de subjetividades coletivas e individuais. Por isso a importância de compreender como as pessoas experimentam e interpretam, em determinado contexto histórico, o papel e o lugar do botequim na relação que ele estabelece com o meio social e urbano.

Mesmo que os botequins sejam muito diversos entre si, as formas de sociabilidade que derivam do lugar nos dão indícios daquilo que lhes é comum. Há

¹ ÁLVAREZ, Luis Benito García. *Beber y saber: una historia cultural de las bebidas*. Madri: Alianza Editorial, 2005, p. 40.

uma parcela considerável dos estudos recentes sobre o botequim que o aborda a partir de uma leitura antropológica que observa, principalmente, as singularidades das relações sociais e os seus rituais específicos. No entanto, o objetivo dessa pesquisa é aprofundar uma abordagem que confira ao botequim uma relevância de dimensão sociológica.

Para avançar nessa compreensão, pretendemos olhar com atenção especial para as condições de vida dos indivíduos excluídos ou precariamente integrados ao mundo do trabalho, no geral representantes de uma parcela subalternizada da sociedade, que preservam, a partir da tradição da cultura popular, determinados modos de vida. Os que vivenciaram nos tempos idos e os que ainda hoje experimentam, no cotidiano de suas vidas, este espaço. Como, no entanto, são produzidos e transmitidos, no contexto urbano, os valores e cosmologias que formam o universo do botequim?

2.2

Os espaços de sociabilidade

De modo geral, o botequim se apresenta como um espaço de reprodução social à medida que proporciona, a partir das interações entre os indivíduos, a criação de sistemas subjetivos, simbólicos e culturais próprios. Espaços como estes passam a estabelecer, no contexto das cidades, esferas de ação social e domínios culturais que orientam a compreensão dos indivíduos sobre as maneiras pelas quais procuram navegar socialmente. Lá, são forjados códigos de valores, ideias, cosmologias, sistemas classificatórios e hierarquias, disputas, redes de cooperação e solidariedade e, assim, se desdobram em um sistema de ação social, do fazer, do ser, dos seus frequentadores, dos vizinhos, dos bairros, em suma, dos contextos onde estão inseridos. Essa compreensão é apresentada no trabalho de campo etnográfico de Pedro Paulo Thiago de Mello ao abordar o cotidiano de um botequim em um bairro da zona sul do Rio de Janeiro². O habitar, a integração com o meio urbano, as feições da subjetividade masculina e os laços de cooperação e a reciprocidade nas relações de crédito informam os frequentadores sobre uma série

² MELLO, Pedro Paulo Thiago de. Pendura essa, a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2003.

de regras que operam na informalidade mas que, ao mesmo tempo, estabelecem um sistema complexo de maneiras de lidar com o cotidiano, e que transcende as fronteiras que delimitam o espaço físico do botequim.

(...) o botequim se tornou um dos espaços de encontro e sociabilidade. No caso do Rio de Janeiro, como veremos neste trabalho, os botequins, de um modo geral, se integram à vida da rua, das calçadas, das praças etc., formando um conjunto mais amplo e complexo de lazer. Seja como for, esses tipos de estabelecimentos sempre foram o espaço onde as regras que se estabelecem estão fora do controle formal, como ocorre nos locais de trabalho, nas instituições públicas e no próprio lar. (MELLO, 2003, p. 22)

Dessa forma, tomaremos como um dos eixos centrais de nossa pesquisa a construção teórica do sociólogo Georg Simmel (2006), ao abordar a sociabilidade como um conceito que permite pensar os indivíduos a partir da sua interação com o mundo social, especialmente no contexto das grandes cidades. Isso porque, para Simmel, a sociabilidade se realiza no plano das interações e se apresenta de inúmeras formas distintas, pelas quais os indivíduos manifestam a sua subjetividade nas relações com o outro, por exemplo, em espaços de encontro. Essas formas de interação podem ou não estar baseadas nos interesses, ou nos desejos e anseios de cada indivíduo. Contudo, quanto mais se dá valor à forma, e mais consolidadas essas formas passam a ser, mais elas vão ganhando significado para além da impessoalidade da vida cotidiana, acelerada e racionalista. Nesse sentido, a sociabilidade se manifesta nos indivíduos no curso das interações sociais e a cidade é o local próprio para a sua realização.

A sociabilidade, mesmo a mais primitiva, quando assume qualquer sentido e consistência, dá grande valor à forma, à forma correta. A forma é a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade. O que interessa é a inter-relação dos indivíduos, mais que as finalidades, se afastando da realidade. Porém, quanto mais perfeita, mais ela adquire da realidade um papel simbólico que preenche suas vidas e lhes fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos conteúdos concretos. (SIMMEL, 1979, p. 65)

De fato, nota-se a importância dos jogos que são praticados no interior das relações interpessoais, e que esses jogos variam, possuem suas especificidades, dependendo do lugar onde acontecem. Ao abordar o tema da sociabilidade, percebemos um jogo, uma ação de ordem performática que passa a ser exigida. Cria-se um mundo que inspira nos indivíduos uma determinada forma de ação, de comportamento. Significa dizer que a sociabilidade, em sua forma mais pura, se torna um fim em si mesma. Ela satisfaz os sujeitos que se relacionam.

Embora não seja fechada, a sociabilidade constitui um valor intrínseco que permite ao indivíduo navegar socialmente em busca de uma satisfação particular ou coletiva. Ao mesmo tempo, no entanto, viabiliza a criação de redes de cooperação e de solidariedade, manifestando uma natureza democrática. Para Simmel, mesmo que os indivíduos sejam movidos por seus interesses e, a partir deles, sejam capazes de construir as formas pelas quais interagem socialmente, é através da sociabilidade que se torna possível a criação de um *jogo de cena* entre iguais (SIMMEL, 1979, p. 69). Aquilo que diz respeito ao caráter democrático da sociabilidade desenvolve o seu enredo neste jogo de cena, onde se busca satisfazer não apenas a si próprio, mas também satisfazer, ao passo que houver compatibilidade, o outro. E, se pensarmos o caso do botequim, mesmo que estes sejam espaços onde há a reprodução das hierarquias presentes em nossa sociedade, há também ali uma subversão das relações da estrutura social, que passa a constituir uma maior igualdade entre os diferentes papéis sociais, principalmente a partir dessa mesma noção de sociabilidade democrática.

O caráter democrático da sociabilidade alarga as suas fronteiras, e nos permite pensá-la a partir de sua proximidade ao conceito de cooperação, principalmente uma cooperação que confere sentido àquilo que se realiza junto. Por um lado, a cooperação pode também ter um caráter mais utilitarista e racional, ou seja, uma cooperação que se desenvolve ou se faz necessária porque precisamos dos outros para realizar ou fazer algo que não podemos fazer sozinhos. Por outro, podemos observar a sua dimensão subjetiva. E é a partir desta dimensão subjetiva da cooperação, aquela que não precisa, necessariamente, estar vinculada aos interesses ou ao pensamento de cunho racionalista, que a sociabilidade exerce um papel preponderante na construção do sentido de pertencimento.

Ao abordar o tema da cooperação, em especial a cooperação de natureza democrática, Richard Sennett (2018) trata a sociabilidade como uma competência humana que possibilita a criação de vínculos honestos entre desconhecidos. Seu argumento valoriza essa capacidade democrática da sociabilidade, principalmente ao considerar que vivemos, no contexto urbano, em um mundo cada vez mais competitivo na esfera do trabalho e socialmente fragmentado. Como veremos adiante, Sennett irá nos subsidiar quando abordarmos mais especificamente o tema

das cidades, pertinente à esta pesquisa. Por ora, o que nos interessa está em sua exposição sobre os vínculos que a sociabilidade é capaz de forjar a partir da própria dinâmica de interação.

(...) a sociabilidade se manifesta quando estranhos fazem algo produtivo juntos. O copo de cerveja depois do trabalho, seguido das despedidas no ponto de ônibus ou no metrô, manda a mensagem de interesse pelos outros (...) globalmente, a sociabilidade é ao mesmo tempo um vínculo social modesto e honesto. (SENNETT, 2018, p. 293)

Também podemos notar a referência à dimensão subjetiva da cooperação através de um relato presente em uma pesquisa sobre o bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro. A pesquisa de caráter antropológico coordenada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos³, empreende uma cuidadosa análise sobre a apropriação dos espaços de uso coletivo da cidade destacando, entre ruas e calçadas como espaços públicos e as casas como espaços privados, a importância do Armazém São José, que também funciona como bar, em sua integração com o bairro e a comunicação com a vizinhança. Talvez por ostentar essa privilegiada rede de integração social e comunitária, os autores trataram o local como uma das mais relevantes fontes de informação da pesquisa. Na área onde se situa o bar do Armazém São José, espaço de encontro e de sociabilidade, há o comércio de bebidas e cigarros, bem como o consumo de outros tipos variados de produtos. É um espaço majoritariamente frequentado por homens, ao contrário da área restrita ao armazém, reservado e que remete ao mundo do lar, e é entendido como um espaço feminino (SANTOS et al, 1985, p. 42). No bar, os homens

(...) fumam, bebem e conversam uns com os outros sobre os assuntos pertinentes aos vários domínios do seu mundo. Futebol, mulheres, jogos, política, eventos do cotidiano masculino, constituem assuntos permanentes, verdadeira ordem-do-dia da conversa de botequim. O trabalho também faz parte dela (...) nele se exercita principalmente o estar junto. (SANTOS et al, 1985, p. 41)

Percebemos que há no trecho ressaltado um ponto valioso para a nossa pesquisa, que diz respeito à dimensão do espaço de encontro como o lugar da sociabilidade, mais especificamente da sociabilidade masculina. O encontro, a troca, o pertencimento, são as formas de associação que se manifestam nesse

³ Santos C. N. F. de, Mello M. A. da S.& Vogel, A. (coord.). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Pesquisas Urbanas. 1985.

espaço, e que abre caminhos para a elaboração da dimensão democrática da sociabilidade. O estar junto é a dimensão subjetiva da cooperação inerente àquele espaço.

Ressalta a ligação deste com a rua e a visibilidade mútua. Assim é possível ver de fora quem está bebendo no bar e ver do bar o que se passa na rua, ou quem passa na rua. Há uma lógica evidente que parece repetir-se estereotipicamente em outros estabelecimentos do mesmo gênero. (Idem, 1985, p. 45)

Neste outro trecho, há um segundo ponto de destaque que diz respeito à integração que este tipo de estabelecimento tem com a rua e com o próprio bairro. Essa integração se manifesta, inclusive, a partir de sua configuração espacial e, como nos mostra a pesquisa, diz respeito à lógica do arranjo arquitetônico, que também pode ser encontrada em espaços congêneres. Assim, no Armazém São José "e em outros estabelecimentos do mesmo gênero", a área destinada ao bar é mais aberta para a rua, se conectando com o espaço público de modo que os seus frequentadores, ao balcão, são capazes de ver e serem vistos por quem passa na rua e vice-versa. Essa visibilidade para o público denota que o botequim seria o lugar dos homens. Já o local destinado ao armazém, como espaço distinto ao espaço do botequim, geralmente localizado aos fundos e, portanto, mais discreto e protegido dos olhares da rua, remete, conforme aponta a pesquisa, à esfera do lar e do espaço feminino, reservado e íntimo.

A sociabilidade pode indicar algo a mais. A sua forma institucionalizada não se dá em um contexto qualquer, mas, sim, está em permanente relação com o lugar, com um território determinado, que orienta, a partir dessa relação de mão dupla, a formação e preservação de uma subjetividade que cria contornos para a experiência de ser e vivenciar o mundo, e que passa, assim, a informar o campo de ação dos sujeitos.

2.3

Os territórios de significados e símbolos

A segunda referência fundamental para esta pesquisa é aquela que percebe o botequim a partir da categoria de território, repleto de significados e símbolos que possuem um sentido histórico. Reconhecemos, no entanto, que noção de território é polissêmica, e foi amplamente trabalhada por sociólogos e geógrafos, mesmo

aplicada ao mundo urbano. Nessa pesquisa, porém, irei me ater à noção de território elaborada na reflexão desenvolvida no anteriormente referido estudo realizado por Muniz Sodré (2019). Sua perspectiva entende que é justamente no território que se imprimem os conjuntos de significados, de modo que é possível compreendê-lo enquanto como espaço orgânico, intimamente relacionado às formas de organização de um determinado grupo social, podendo corresponder a espaços simbólicos, físicos ou a ambos. Nesse sentido, iremos dispensar atenção especial às formas socioespaciais, que se traduzem naquilo que o território traz à tona e que diz respeito à subjetividade e ao modo de ser coletivo ou individual.

O território é capaz de estimular e moldar regimes de relacionamento, de proximidade e de distância. (...) diferentes tipos de organização social, concepções de mundo e temperamentos dos indivíduos aparecem vinculados a considerações de ordem espacial. (SODRÉ, 2019, p. 15)

A partir do espaço em que se habita torna-se possível reconhecer, pertencer e criar vivências de mundo. Habitar o espaço é, portanto, reconhecer a sua forma e a lógica que lhe é inerente como algo que também lhe pertence. Ao mesmo tempo, habitar e vivenciar a lógica do território viabiliza e limita a esfera de ação dos sujeitos, destacando-se, deste modo, a relação mútua entre os indivíduos e o território. Há no território algo que motiva uma determinada forma de agir no mundo, uma capacidade de impulsionar ou refrear ações. Ali, é performado o jogo de cena com um vocabulário próprio, e que estimula um tipo de ação ordenada dos sujeitos no mundo. Assim, o território nos dá indícios de que está intimamente ligado às formas de comportamento dos indivíduos, na medida em que dialoga, também, com a formação de suas subjetividades.

Esta categoria nos permite entender os modos como um grupo humano se relaciona com aquilo que considera real, forjando, consequentemente, a sua identidade. Dessa forma, a maneira de habitar, de morar, de viver e criar a história de uma cidade, indica à formação e desenvolvimento de uma identidade coletiva ou individual. O botequim enquanto território de significados se torna relevante em nosso argumento pois viabiliza a percepção de que lá se projetam e se cultivam as identidades ligadas à subjetividade das classes populares. Em sua originalidade, o botequim se coloca como uma forma de ordem existencial que está relacionada à identidade de um grupo, que manifesta-se na dimensão do território e na própria lógica do lugar.

Outra noção bastante pertinente para a nossa pesquisa é aquela introduzida por Robert Park (1967), expoente da sociologia urbana da Escola de Chicago, quando aborda o que chama de região moral. A região moral pode se constituir como um espaço simbólico e/ou físico, onde indivíduos se encontram espontaneamente, por causa e através de suas subjetividades, seus desejos e gostos, no geral, não sendo motivados por comportamentos racionais ou por interesses. Para o autor, as grandes cidades são o lugar próprio para este tipo de encontro, já que nas cidades pequenas as questões de ordem subjetiva ligadas às paixões e à natureza humana são, geralmente, reprimidas. Mesmo que nas cidades modernas passe a se convencionar determinadas formas de organização social que prezam pelo bem-estar coletivo, e que estas formas sejam introduzidas, principalmente, através da disciplina, do controle e da repressão, as regiões morais surgem como resposta às restrições que a vida urbana impõe aos indivíduos.

Regiões morais são, portanto, regiões ou espaços de onde derivam ou se estabelecem códigos morais apartados da ordem moral dominante, e que estão relacionados às paixões, aos desejos, enfim, àquilo que se relaciona à natureza dos indivíduos, e que sustenta subjetividades a partir do encontro de indivíduos, como válvulas de escape para externar uma lógica que foge e se distancia da lógica racional da cidade moderna. Nesse sentido, as regiões morais colocam em evidência duas dimensões das subjetividades da cidade moderna que se encontram em constante disputa, uma ligada aos interesses e racionalidade e aquela ligada à satisfação despreocupada e às paixões. Em poucas palavras, aquilo que Park considera uma região moral corresponde aos espaços que ganham uma vida própria, a partir da própria forma que os indivíduos os experimentam e lhes conferem significado. Podemos tomar também o botequim como uma região moral, visto que o seu espaço se converte em alguma coisa a mais do que simplesmente um espaço de lazer onde se toma um copo de cerveja.

Avançaremos no sentido da compreensão sobre como as transformações na estrutura social e urbana podem ser percebidas a partir desse espaço que, por sua dimensão simbólica, é também a representação do acúmulo das experiências

humanas que lhe conferem significado e funcionalidade.⁴ Esse é também o sentido proposto por Maurício de Abreu (2006), a partir de uma abordagem mais funcionalista quando aborda o tema da transformação do espaço e a sua relação com a organização do mundo social.

A cada novo momento de organização social, determinado pelo processo de evolução diferenciada da estrutura que as compõem, a sociedade conhece então um movimento importante. E o mesmo acontece com o espaço. Novas funções aparecem, novos atores entram em cenário, novas formas são criadas e formas antigas são transformadas. (ABREU, 2006, p.16)

2.4

As cidades

É comum que qualquer pessoa quando perguntada saiba dizer o que é uma cidade. Contudo, a tentativa de articular uma definição objetiva torna a resposta um pouco mais complexa. Quais seriam as características fundamentais das cidades?

Trabalhando a partir das pistas levantadas por Robert Park (1967), a cidade moderna é mais do que o acúmulo de suas construções e dos elementos urbanos, como as ruas, edifícios, praças, sistemas de transporte e iluminação. Tampouco ela se resume aos dispositivos administrativos, como os postos de atendimento à saúde e hospitais, escolas e delegacias. Para o autor, a cidade não se refere apenas à sua construção física. Ela se expressa, principalmente, no conjunto de significados e de sentidos que conferem vitalidade aos instrumentos e dispositivos de sua dimensão construída, a partir dos usos e das apropriações que partem dos indivíduos e da sociedade. Sem a interação humana, esses dispositivos e elementos da cidade construída não passariam de meros artefatos sem utilidade ou significado. A cidade moderna também se expressa através de sua dimensão econômica, e a divisão do trabalho é a forma de organização no contexto das especializações funcionais as quais os indivíduos urbanos estão submetidos.

Park aborda a cidade a partir das duas dimensões, cultural e física, e considera que essas duas dimensões se relacionam e interagem entre si, sendo

⁴ Para um entendimento mais aprofundado sobre a natureza do espaço e o acúmulo das ações humanas, ver SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

capazes de agir mutuamente, se moldando e se adaptando uma à outra. Por fim, a cidade é o lugar próprio do homem civilizado e por isso é considerada a área *cultural* deste tipo peculiar de sujeito moderno.

Nesse sentido, Jane Jacobs (2007) faz uma veemente crítica ao que chama de urbanismo ortodoxo, cujas intervenções entende como ameaça à vitalidade urbana. Para a autora, é preciso que as cidades sejam pensadas e planejadas a partir da observação de quem de fato as usa e vive, de quem a pratica cotidianamente, afastando-se da ideia dos projetos técnicos-científicos e dos esquemas conceituais arbitrários. Esse olhar que observa no cotidiano da vida urbana a sua peculiaridade, com o uso imoderado dos espaços públicos, das calçadas, ruas, bairros, em suma, dos elementos urbanos, garante que a cidade exerça a sua vocação de convívio das diversidades, da tolerância e do surgimento do novo. Esse ambiente de convívio e de ocupação dos espaços públicos é a própria manifestação da vitalidade urbana.

A partir da abordagem proposta em *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*, de Richard Sennett (2018), as ideias de *ville* e *cit  * aparecem como duas dimensões que compõem o todo da cidade, se associando, a primeira, ao espaço constr  ido e, a segunda, ao espaço representado, a mentalidade ou as maneiras de se viver no meio urbano. A *ville*, remete ao espaço físico, que diz respeito às formas urbanas em sua dimensão espacial. Nesse sentido, o ambiente constr  ido pode ou não estar relacionado às suas representa  es sobre as formas políticas e sociais, em desenhos urbanísticos conscientes e voluntários. O desenho urbano pode tentar indicar, projetar e impor uma determinada forma de organiza  o social, ou seja, a forma pretendida de habitar a cidade.

A segunda dimensão, a *cit  *, indica que uma outra maneira de compreender as cidades se d  a a partir do modo de vida da sua popula  o, sobre as suas mentalidades e crenças. Essa dimensão remete    maneira como as pessoas de fato habitam ou como querem viver no espaço, quando expressam algum tipo de aspira  o coletiva. Diz respeito, t  mb  m, a um tipo de consciência do lugar, englobando a própria esfera da cidadania e, portanto, fala sobre as condi  es de integra  o dos indivíduos ao tecido social. Além disso, essa compreensão t  mb  m se relaciona com a dimensão da sociabilidade, ou seja, as formas das intera  es sociais que se d  o no cotidiano da vida urbana.

As cidades são, portanto, representações dessas duas dimensões, analiticamente opostas e, ao mesmo tempo, complementares. São a sua parte construída, como as formas e os traços do desenho urbano sobre um terreno. As suas ruas e a disposição dos elementos da cidade, como são os prédios, as praças e os parques, e as divisões internas de um bairro. Por outro lado, a cidade se manifesta também sobre a dimensão da mentalidade e da cultura, na maneira de habitar e viver no espaço, e a relação das pessoas, no contexto urbano, com o outro e a vizinhança. Se relaciona com a forma de ocupar e de conferir significado às suas ruas e bairros. A cidade manifesta-se no modo como os indivíduos frequentam determinados espaços de uso coletivo, na sensação de insegurança ou de conforto que se tem ao caminhar pelas ruas. Em suma, nas diversas maneiras de ocupar, habitar e morar.

Ao chamar atenção para as duas dimensões da cidade, Sennett faz, por um lado, uma dura crítica aos urbanistas que conferem grande importância à área construída em detrimento da dimensão social das cidades. Por outro, a Escola de Chicago, representada aqui por Park e Jacobs, é criticada pelo fato de investir na dimensão da cultura e da subjetividade associada ao lugar, ao passo que empresta pouca importância ao espaço construído, de modo que não atribui o devido valor à dimensão física do território. A ética da cidade aberta, como mencionada no título de sua obra, seria, portanto, considerar a importância dessas duas dimensões e a busca pela sua harmonia.

(...) a maneira como se quer viver se expressa na maneira como as cidades são construídas. Mas aqui está justamente um grande problema. A experiência numa cidade, como no quarto ou no campo de batalha, raramente é harmoniosa, mostrando-se com muito maior frequência cheia de contradições e arestas. (SENNETT, 2018, p. 13)

A partir da articulação dessas duas dimensões iremos elaborar algumas inquietações e reflexões sobre os dilemas urbanos do Rio de Janeiro, remontando processos que parecem indicar disputas pela manutenção e controle da cultura popular frente ao projeto de cidade que tentou se estabelecer ao longo dos últimos séculos. Tais inquietações partem do abismo que parece afastar essas duas dimensões da cidade. Os projetos do desenho urbanístico da cidade do Rio de Janeiro não espelham, de maneira integral, os modos como se vive na cidade. Ou até mesmo que, nesta cidade, as formas urbanas têm a intenção de organizar a

maneira de se viver, refletindo um ideal político e econômico, demonstrando grande interesse em garantir a circulação comercial, os fluxos econômicos e a especulação imobiliária, enquanto não atendem à própria dimensão social, no que diz respeito a qualidade de vida e a garantia de direitos. Essa tensão ou desconexão entre as dimensões fez com que as cidades fossem reproduzidas repletas de contradições e conflitos. Como veremos adiante, a cidade está separada em regiões com mais ou menos privilégios no que diz respeito à integração dos habitantes com a dinâmica da própria cidade, principalmente se considerarmos que o local onde se vive é determinante para informar sobre o grau de inclusão, pertencimento e, no limite, a apropriação da própria cidadania. Os acessos aos direitos sociais, civis e políticos estão, em alguns territórios, sob ameaça, nem um pouco garantidos. Desde a infraestrutura, que diz respeito ao saneamento, à saúde, à educação, à segurança, que passam a refletir, também, na negação de uma série de direitos, como o direito à dignidade e à própria vida.⁵ Essas instituições formais não estão garantidas em sua plenitude pelo todo da cidade, ou seja, há um desenho urbano de segregação espacial que, não apenas reflete, mas reforça a segregação social e política de uma parcela da população.

São cidades disfuncionais, ou a não-cidade, as cidades segregadas, ou seja, aquelas que não promovem a igualdade e a inclusão. Ao contrário, são cidades que geram patologias que correm o tecido social. Cidades que não proporcionam uma maneira digna de habitar e de viver, são cidades que estressam a dimensão social, porque, afinal, a forma da cidade orienta a ação humana e a maneira de se relacionarem entre si. O crescimento do abismo social nas cidades brasileiras é estimulado pela forma urbana, e mesmo as cidades ricas são estruturalmente segregadas e desiguais. Uma desigualdade não apenas econômica, já que a segregação é espacial, delimitada no território, se converte também na desigualdade da distribuição de bens públicos, como infraestrutura, saneamento, educação e dispositivos culturais. Assim podemos pensar não apenas na distribuição desigual dos direitos civis, políticos e humanos, mas também da violência, que se deflagra quase sempre nas periferias e nos guetos e favelas das regiões mais abastadas.

⁵ Sobre a constituição da cidadania fundamentada nos direitos civis, políticos e sociais, ver CARVALHO, J. M. D. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

Portanto, a pesquisa que se pretende realizar busca ainda oferecer uma contribuição para os estudos sobre o botequim ao incorporar também uma perspectiva ligada também à sociologia urbana, principalmente à uma sociologia urbana que esteja atenta não só às diferentes maneiras de viver na cidade, mas também às formas espaço físico, sobretudo as formas abertas de cidade (e de elementos de cidade) capazes de fomentar uma ética urbana. Assim, Sennett busca problematizar o distanciamento entre duas dimensões dos estudos urbanos, uma ligada à maneira como vivemos na cidade e como as cidades são de fato construídas. O autor argumenta que uma ética urbana deve ser perseguida para que a cidade proporcione espaços de sociabilidade participativos, e não sejam apenas construídas a partir de uma perspectiva utilitarista sob a forma de “máquinas de morar”.

2.5

O Botequim

Nota-se que boa parte dos estudos sobre o botequim inicia as suas exposições traçando uma genealogia detalhada que geralmente o identifica a partir de uma linhagem portuguesa de estabelecimentos, responsáveis pela venda de secos e molhados e outros produtos do gênero, algo semelhante as tabernas e as bodegas que já faziam parte da paisagem dos vilarejos e pequenas cidades europeias nos séculos passados. É bastante provável que o botequim tenha de fato sua origem ligada aos portugueses, e que estes fossem os primeiros proprietários dessa linhagem de estabelecimentos comerciais. Dada a sua origem etimológica, a palavra botequim deriva de botica, botica pequena ou botiquinha, que no Rio de Janeiro se traduz popularmente para botequim. Nesta cidade, a botiquinha ganhou novos contornos e significados, que fizeram emergir em paralelo uma nova dinâmica em sua relação com a cidade e com os sujeitos da cultura popular.

Podemos dizer que o botequim é, em sua origem, o lugar próprio de uma miscigenação afro-lusitana, já que os portugueses, em geral donos desses estabelecimentos, passaram a conviver com negros, como empregados e fregueses, somada a mistura de nacionais e imigrantes. Isso se concretiza ao menos no que tange à dimensão da cultura, mesmo porque, como veremos adiante, as redes de solidariedade e de crédito eram praticamente restritas aos proprietários e imigrantes, mais favorecidos economicamente. Essa convivência proporcionou a assimilação

mútua dos símbolos e cosmologias que são próprios das identidades coletivas desses grupos, conforme vimos anteriormente. Nesse sentido, considerando a relevância cultural do Rio de Janeiro no contexto nacional, o botequim surge como uma instituição tipicamente carioca.⁶

Além da abordagem propriamente Simmeliana, enquanto um espaço de sociabilidade singular, o botequim também pode ser percebido como um espaço que se relaciona com a própria lógica de reprodução da força de trabalho, já que a vida dos trabalhadores precisa de um significado além do tempo no expediente, seja, por exemplo, através do futebol, da igreja ou do botequim. O botequim está no centro da lógica de reprodução, porque ele se configura como um espaço de humanização do trabalhador. Ele sai da lógica do trabalho e entra em outro espaço onde, com o uso da bebida, se solta, relaxa, se expande, quase constituindo uma vida paralela, fora do contexto dos controles formais à sua experiência subjetiva. O trabalhador tem ali o lugar do encontro, da festa, do convívio social, fora do espaço da produção e do trabalho. Essa dimensão estabelece o diálogo com a própria lógica da reprodução da força de trabalho. Daí a sua potência: enquanto a lógica do capital vai no sentido de tentar desumanizar o trabalhador e reduzi-lo à portador da força de trabalho, o botequim se apresenta como um lugar que ajuda a humanizar o trabalhador, ao mesmo tempo em que é o lugar do drama humano.

Levando em consideração as categorias de sociabilidade e território abordadas anteriormente, o botequim parece funcionar como um sistema de comportas, que abre e se oxigena, mas possui uma dinâmica própria, um padrão específico de troca, que tem a ver com a especificidade das sociabilidades. Assim, podemos dizer que o botequim também pode ser visto como um universo em si mesmo, que propõe uma cosmologia e um sentido de vida próprio, mas, ao mesmo tempo, correspondem e dizem respeito ao mundo do lado de fora. No seu interior, comporta-se de uma certa maneira, posto que os botequins têm seus rituais e impõem uma maneira de ser e viver no mundo. A disposição física do ambiente, ou

⁶ Para cumprir com os objetivos desta pesquisa, procuramos compreender o botequim a partir daquilo que é comum a estes espaços de encontro, e assim construir um tipo ideal na busca de garantir inteligibilidade ao nosso objeto de pesquisa. O tipo ideal é aquele que consegue agregar fatores parciais da realidade sem que, no entanto, usurpemos o seu caráter analítico. (WEBER, 1999) Essa ferramenta metodológica permitirá que, ao tratarmos o nosso objeto, a partir do constructo do tipo ideal, sejam analisadas as nuances e convergências sobre a realidade social, das sociabilidades e dos territórios que envolvem o botequim, mais do que a representação da soma das especificidades e dos atributos dentre os variados tipos de botequins.

seja, a arquitetura do espaço construído, informa o campo de ação dos sujeitos. Não os obriga a se comportarem ou performar de certa forma, mas dá indícios daqueles que pertencem ao lugar, por exemplo, como o uso de um vocabulário adequado àquele contexto se coloca como um dispositivo que pode denunciar aqueles que não fazem parte do grupo. Há também uma liturgia própria, se considerarmos que a dimensão ritualística se coloca como uma importante, e talvez incontornável, marca do botequim, da mesma forma que é presente em uma gira de terreiro, em um domingo de missa na igreja e até em um clássico fla-flu no estádio do Maracanã.

No botequim se discutem e se vivem muitas das questões fundamentais da vida social: trabalho, família, política, cultura, lazer, etc. Mas há, também, outras dimensões do comportamento social. Neste espaço consagrado do ébrio, é preciso compreender que o uso de bebidas alcoólicas não se trata somente de um desvio de conduta individual, é preciso percebê-lo como um fator necessário à convivência e à integração social.

O consumo de bebidas não se dá de modo desordenado. Há um código social que informa sobre as maneiras de controlar e administrar os potenciais perigos do seu uso. De fato, o alcoolismo sempre foi tratado, tanto pelos representantes do poder público, de feições higienistas e sanitárias, quanto pelas próprias pesquisas acadêmicas brasileiras, como um problema social gerado por um comportamento desviante e patológico. Outra feição negativa é aquela que o classifica como um desvio moral, que afeta as estruturas morais relacionadas ao mundo do trabalho, ligadas ao ócio ou a vadiagem ou, até mesmo à criminalidade, e, não menos frequente, problemas de ordem familiar. Mas há também uma significativa dimensão coletiva, como revela o trecho a seguir.

Nas sociedades em que a alcoolização faz parte de um código de polidez, o abstinente é socialmente constrangido. Ela, por exemplo, aparece de forma institucionalizada nas relações que se objetivam nos bares, espaço de celebração do rito social de constituição do bom bebedor e do reconhecimento da internalização da identidade masculina. Nessas situações, a obrigação do uso do álcool como código de polidez tem a função de “lubrificante social”. (NEVES, 2003, p. 80)

Em espaços próprios para o consumo de bebidas alcoólicas, como o botequim, esse comportamento social se relaciona diretamente com a sociabilidade e com a territorialização, pois trata-se, também, de acordo com Delma Pessanha

Neves (2003), de um código institucionalizado de socialização e afirmação das identidades coletivas e individuais. Tal comportamento torna-se, nesse local, um ritual quase obrigatório para se estar junto do grupo. Com o uso da bebida, os sujeitos se inserem na coletividade, além de, claro, reafirmar os traços da sua identidade masculina. Quanto mais se bebe, sem deixar-se cair bêbado, demonstrando controle sobre a bebida, mais é possível ostentar a sua qualidade e ser reconhecido em sua masculinidade. Por outro lado, os bêbados são vistos como "fracos" ou "garotos", em um processo equivalente à marginalização do sujeito, com referência à política interna do botequim.

Além de ser um espaço de sociabilidade comumente compreendido com espaço de lazer voltado para a convivência da coletividade masculina, o botequim também se relaciona com o mundo das oportunidades de trabalho. Lá, são criadas redes de cooperação mútua onde é possível se informar sobre a possibilidade de realizar uma série de serviços temporários, conhecidos como os "bicos". Dessa forma, há a circulação de informações sobre alguém que procura um determinado tipo de serviço e, por indicações, encontra-se um sujeito trabalhador que é capaz de executá-lo, dentro das especialidades laborais de cada um dos frequentadores.

O botequim funciona também como “ponto” para os biscateiros. Sempre que estes não estão executando algum serviço, permanecem no botequim à espera de que “apareça trabalho”, isto é, de que alguém o procure para contratar seus serviços. Existe uma colaboração íntima entre os frequentadores, que se indicam mutuamente para fazer biscates quando não podem ou não sabem executá-los. (SILVA, 2011, p. 126)

Um marco importante na abordagem sociológica que procura analisar como o botequim se relaciona às estruturas do espaço social e urbano é a pesquisa desenvolvida pelo sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva (2011), em “O significado do botequim”, publicada originalmente em 1969. Este estudo, além de observar a organização social em sua complexidade interior, a partir dos seus rituais e dinâmicas interacionais, e tem como objetivo compreender o papel e o significado do botequim, o que ele representa e para quem, em meio à mudança nas estruturas organizacionais da sociedade e da economia no contexto urbano. Em poucas palavras, essa pesquisa indica que, para grande parte da população, e sobretudo para uma parcela significativa dos trabalhadores, o botequim preenche uma lacuna deixada tanto pelo esgotamento do que o autor chama de organizações tradicionais

de sustentação do indivíduo, nas quais estão localizadas a família, a religião e a comunidade, quanto pela incapacidade de integração nas organizações criadas no interior da sociedade urbano-industrial, especialmente o trabalho e consumo, ao lhes conferir um sentimento de pertencimento comunitário, na medida em que conquistam um lugar no sistema social. (SILVA, 2011, p. 135) Contudo, essa interpretação do botequim parece estar mais propensa a percebê-lo como uma organização funcional que, certamente, cumpre um papel fundamental, mas que parece não ser um importante interlocutor dos destinos da vida social.

Sob o ponto de vista da esfera familiar, é comum que o botequim seja visto como ameaça moral, pois muitas vezes atua como um elemento desagregador dos laços que mantém a estrutura da família. Localizado no caminho entre a casa e o trabalho, o botequim se coloca no centro de questões sobre desvio de conduta, colocando em risco o papel do homem como provedor da subsistência da família, além de colocar-se sob o risco de degenerar sobre questões morais de diversas ordens. Por outro lado, como lugar próprio da subjetividade masculina, está fora dos domínios do lar, e se coloca como uma maneira de liberdade momentânea da esfera de domínio da mulher, da qual os homens parecem não abrir mão.

Há também ali uma dimensão que nos atenta para esse espaço de sociabilidade que está no entre lugar, entre a *casa e a rua*, chamando nossa atenção para duas dimensões sociológicas que tratam de dois universos que coexistem em nossa estrutura social. A casa e a rua aparecem, no estudo elaborado por Roberto DaMatta (1985), como categorias que permitem a compreensão da sociedade brasileira, não designando apenas os espaços e os locais geográficos propriamente ditos. Sobretudo, essas categorias correspondem a espaços de valores morais, de princípios e costumes, em suma, de esferas de ação social, com um sistema classificatório próprio e capazes de despertar emoções, reações, leis e aspirações. A casa e a rua representam um sistema que ordena a experiência social brasileira. (DAMATTA, 1985) A originalidade dessa abordagem está justamente em perceber que essas duas dimensões de análise são parte da sociedade brasileira e se relacionam ativamente em sua reprodução. Dessa forma, uma das maneiras de entender os espaços de sociabilidade e de significados, no contexto da experiência urbana no Rio de Janeiro, é perceber que *“mais importante do que os elementos em posição é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos”*.

(DAMATTA, 1985, p. 15). Essa perspectiva sugere um caminho diferente das abordagens que enxergam as instituições brasileiras de forma dualista e apartadas entre si. O universo das relações sociais e pessoais, relações de lealdade, compadrio, amizade e familiar de um lado, e de outro uma compreensão da sociedade através de suas instituições formais, economia, classes sociais, geopolítica. Dessa maneira, podemos compreender que esses espaços possuem diferentes éticas e valores, mas que, em constante articulação, acabam por revelar o dinamismo dos papéis sociais na formação da vida social brasileira.

Como vimos, o botequim é um espaço peculiar, pois não se trata apenas de um despretenso espaço de lazer ou de convivência de grupos específicos. É possível percebê-lo como um entre-lugar entre a casa e a rua, entre o mundo público e o particular. Entre o mundo da cidadania e da igualdade e o da autoridade e das hierarquias. Deslocam-se, por exemplo, o lugar da família pelo ébrio, o sagrado pelo profano e o da moral e competição do trabalho pela vontade de estar junto com o outro. O botequim se coloca, portanto, como um lugar onde acontecem uma série de rituais de passagem, que podem dizer muito a respeito da organização da sociedade brasileira.

Tentamos demonstrar que os espaços de sociabilidade com significação social como o botequim possuem uma lógica singular que se manifesta em sua dinâmica interior. Mas essa lógica também se comunica com o todo, com as dimensões da cidade construída e da cidade representada, e que afeta as ações e comportamento das pessoas e dos grupos. Marcados pelas expressões simbólicas ligadas aos acúmulos das experiências humanas, coletivas e individuais, esses espaços são capazes de conceber novas formas de organização social e visões de mundo. Isso se reproduz, por exemplo, nos cafês como espaços privilegiados da burguesia parisiense, mas também, e de modo muito particular, em espaços vinculados ao mundo popular como é o próprio botequim. Façamos um paralelo para abordar um padrão de construção de um espaço público tipicamente europeu, onde uma burguesia incipiente pôde construir uma sociabilidade específica e, sobretudo, uma opinião pública e cultura política e cívica orientadas pela ideia de racionalidade.

A partir de Jürgen Habermas (1984), entendemos que a construção daquilo que vai se concebendo como público se dá na medida em que são criadas esferas onde a argumentação baseada em razões tem lugar para acontecer. Formam-se, nesse sentido, espaços de encontro onde prevalecem a argumentação racional, mediada através de debates propriamente justificados e fundamentados em experiências e saberes. Nesse contexto, o autor procura evidências de um deslocamento em curso sobre o lugar onde o poder estava estruturado, na crença, na tradição, em dogmas e na fé. Trata-se, portanto, de um momento de passagem de uma ordem social baseada na tradição em direção a uma ordem moderna.

O deslocamento do poder é parte das transformações em curso ao longo do século XVIII, e se intensifica, principalmente, com o surgimento dos grandes centros urbanos. Nesses grandes centros emergem locais, entre os quais destacam-se os cafés parisienses, onde essa esfera pública em construção pode existir. Esses locais se apresentam como espaços de encontro de uma burguesia emergente que vai ganhando certa autonomia com o amadurecimento da esfera pública. Se diferenciam dos antigos salões, dominados por estamentos, que se confundiam, em grande medida, com a cultura e o conhecimento com o próprio poder aristocrático. Ao contrário, os cafés passaram a representar uma burguesia que discutia cada vez mais intensamente, através da argumentação racional, a política, a arte e a cultura em sentido amplo.

Quando pensamos nos cafés como um espaço de encontro, de conversas, de construção de uma abordagem crítica relativamente emancipada das estruturas de dominação intelectual da época, podemos também pensar em uma reinvenção da própria noção de cidade. Os cafés proporcionam as reuniões e encontros entre pensadores e pessoas envolvidas com a intelectualidade da época que passam a se dar conta da importância da formação de uma opinião independente e livre do controle exercido por autoridades eclesiásticas e estamentais. Nesse sentido, abre-se uma outra frente de análise possível, a medida em que se torna possível tratar da reinvenção de formas e concepções dos espaços de cidade que corre em sintonia com a consolidação da esfera pública.

O advento da esfera pública e a maneira como esse fato ocorreu nas metrópoles europeias não se deu da mesma forma aqui, onde os espaços de encontro

estavam tradicionalmente ligados à classe trabalhadora. No caso brasileiro, que vivia à época o contexto da transição do regime de escravidão para o trabalho livre e a não inserção do negro e das massas à lógica do trabalho moderno, os botequins respondem à questões sociais distintas, distanciando-se, naturalmente, do papel desempenhado pelos cafés parisienses.

Nas reformas urbanas de Pereira Passos, há uma tentativa de importar a cultura dos cafés parisienses, vinculado à burguesia letrada, para o centro do Rio de Janeiro para substituir, sobretudo, os espaços de lazer ligados às classes populares, vistos como aberrações sociais do ponto de vista civilizatório. A legislação republicana buscava reprimir os botequins na cidade, vistos como lugares propensos ao crime, antro de pretos e galegos e outros tipos de “indivíduos perigosos”. Assim, os botequins foram retirados da zona central e seguiram para as regiões do subúrbio, cais do porto e para o bairro da saúde, com o objetivo de evitar, no pós-abolição, a sociabilidade da classe trabalhadora, em um país que tentava se fundamentar no capitalismo burguês. Contudo, na cidade maravilhosa, os cafés não apresentaram a mesma vitalidade da sua presença na cidade francesa e logo foram incorporados à cultura da boemia carioca. No Rio de Janeiro, a esfera pública demonstrou ser de outra natureza. Sidney Chalhoub (2012) confere ao botequim o título de maior centro de resistência carioca à reforma de Passos e à Belle Époque, que tinha Paris como referência de urbanização e de cultura cívica e política. Para este autor, o botequim é algo dinâmico, e tem mais a ver com um certo imaginário simbólico do que um lugar com uma definição específica.

O interessante é perceber onde se situa o botequim dentro de uma narrativa sobre a cidade moderna e a realidade social vivida em tempos e contextos históricos distintos. No próximo capítulo, realizando algumas marcações temporais mais bem delimitadas, iremos abordar o modo como as relações, símbolos e cosmologias preservadas e reproduzidas no contexto daquele espaço se apresentam como um contraponto à ideologia que projeta uma nova configuração social e espacial e ao projeto "civilizatório" que a elite local tem para a cidade do Rio de Janeiro.

3.

As transformações do capitalismo, do trabalho e das cidades: o caso do Rio de Janeiro

Na América, ao contrário, as cidades ibéricas brotaram *ex nihilo*. Cidades criadas de um só golpe. Nascidas de projetos e decisões de poderes ultramarinos, são criações deliberadas, urdidas entre mesas e pranchetas metropolitanas. Para surgir, assim, como cidades planejadas, concebidas racionalmente, em resposta às exigências e necessidades do processo colonizador. (RISÉRIO, 2013, p. 73)

No continente europeu, a passagem do século XVII ao século XVIII foi um marco de profunda transformação nas relações entre estado e sociedade, principalmente a partir da consolidação da economia de mercado de tipo capitalista. Nesse período, a emergência de novos sistemas de natureza ética, moral e cultural foram acompanhados pelo avanço da ciência e da tecnologia como impulsionadores da produção em escala industrial. Esse também foi um momento de transformação que se caracterizou pela acelerada expansão das grandes cidades no velho continente.

Palco de uma vida cotidiana agitada, as cidades europeias viram-se dominadas pelas multidões que ganhavam as ruas em busca do trabalho, em um contraste nítido com a pacata vida no meio rural e nas cidades pequenas. No tocante à vida a nível individual, a inserção na dinâmica da vida urbana demandou uma especialização funcional cada vez mais orientada para o trabalho nas fábricas, e fez do trabalhador peça indispensável na cadeia produtiva do capitalismo em desenvolvimento, em um enredo de consolidação das sociedades de mercado. Assim, ao longo do século XVIII, a cidade forjou em seu núcleo o *ethos* do trabalhador moderno, adequando as subjetividades dos indivíduos urbanos à especialização funcional do seu trabalho, embora, paradoxalmente, essa especialização também gerasse maior dependência, resultado de um mundo mais integrado e competitivo.

O aprofundamento do capitalismo e a expansão urbana são, portanto, dimensões da vida moderna que se retroalimentam e se desenvolvem mutuamente. A cidade surge como a sede da economia monetária onde a lógica do mercado encontrou terreno fértil, pois no meio urbano se forjou, majoritariamente, um comportamento baseado em relações de caráter racionalista. A economia do

dinheiro moldou e orientou o desenvolvimento das cidades em seu sentido cognitivo e cosmológico como o local da racionalidade da vida prática, da impessoalidade, que cultiva nos sujeitos certa indiferença, e as condições da vida urbana são, simultaneamente, causa e efeito desse modo de ser. Assim, a economia de mercado cria seu domínio nas metrópoles à medida que opera diretamente na maneira como os sujeitos modernos irão viver e se comportar nas cidades. Ao olhar para a experiência dos indivíduos, podemos, por um lado, observar como as suas subjetividades reagem à intensidade da vida nas grandes cidades. Apontam-se, dessa forma, caminhos para investigar a luta travada pelos indivíduos para a preservação da sua autonomia e individualidade.

A cidade grande proporciona ao indivíduo um nível de estímulos e experimentação subjetiva completamente distinto da cidade pequena. Integralmente inserido nesse contexto, o indivíduo é esmagado pelas forças da modernidade da vida urbana. A multidão, a impessoalidade e a economia do dinheiro, manifestam simultaneamente no indivíduo uma maior necessidade de construção da sua individualidade e subjetividade, fazendo com que busquem novos meios para se preservar contra as pressões da vida urbana. Ao atuar de maneira racional no contexto das grandes cidades, a partir de uma crescente tomada de consciência, o indivíduo passa a cultivar, cada vez mais, uma racionalidade que se sobrepõe às ações motivadas por emoções, pela irracionalidade e por impulsos instintivos. Embora esses fatores produzam um alto nível de impessoalidade, promovem, como via de mão dupla, o surgimento de uma subjetividade altamente individualizada e pessoal. A partir da reflexão acerca das condições que se encontram os sujeitos das grandes cidades, fica evidente a constante tensão que acaba produzindo um conflito entre indivíduo e sociedade, considerado como um dos mais graves dilemas da vida moderna. (SIMMEL, 1979)

Nessa tensão entre indivíduo e sociedade, onde buscam-se maneiras para a autopreservação, os indivíduos elaboram novas formas de comportamento no meio urbano. São formas que remetem à uma sociabilidade individualizada, estimuladas pela lógica territorial urbana, a exemplo da *atitude blasé*. Semelhante a uma postura de considerável indiferença em relação a intensidade da vida cotidiana nas grandes cidades, a *atitude blasé* é, portanto, uma resposta coerente com a impessoalidade e anonimato, enquanto traços expressivos das metrópoles, e de uma sociedade que

está assentada sobre a lógica das relações de mercado. Dessa forma, *"o que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização."* (SIMMEL, 1979, p. 20). A luta permanente entre a preservação da subjetividade em relação à pressão das forças sociais, que esmagam o sujeito moderno na cultura de massas, foi a marca da vida moderna, que fincou suas raízes de maneira singular no contexto urbano.

3.1 O projeto colonial

A concepção ocidental da modernidade carrega consigo as formas coerentes e lógicas que se desdobram no modo como se reproduzem as subjetividades do mundo moderno. A ideologia da modernidade ocidental manifesta a lógica de objetificação e racionalização, o que não apenas garante a sua inteligibilidade, mas também determina os códigos pelos quais é possível conceber determinada visão de mundo. Através do mecanismo da ideologia, o ocidente atesta um centralismo e uma superioridade necessária à manutenção do seu poder cultural. A colonização se define, portanto, a partir de um "fato semântico", como uma "visão linguística de mundo". (SODRÉ, 2019, p. 12)

O projeto colonial europeu não se sustentou apenas pela exploração de riquezas e bens econômicos dos territórios do novo mundo. O ideal da colonização, com a homogeneização da ideologia capitalista e a sua necessária expansão, teve um forte caráter racionalista que se manifestou claramente nas formas de ocupação das chamadas "terras livres". É um projeto que concede grande importância aos esquemas arquitetônicos de configuração e organização do território urbano. Assim, a ideologia do progresso e do desenvolvimento do capitalismo esteve, também, intimamente relacionada ao desenvolvimento de um senso estético e organizacional, ao qual se mostra devedor, novamente, do racionalismo técnico. Nesse sentido, as formas de organizar o espaço estão também preocupadas em estabelecer as formas de organização social e da ação humana.

Essa visão majoritariamente eurocêntrica também tem a sua materialidade na expressão do ordenamento espacial do meio urbano, como uma das formas de moldar os padrões de comportamento e, assim, criar uma previsibilidade necessária

ao seu funcionamento. De modo que as cidades planejadas não correspondem às especificidades sociais e culturais dos grupos de habitantes locais, ao contrário, cada vez mais, as cidades estão se configurando sobre um mesmo paradigma organizacional. Essa forma da cidade europeia se expande para outras regiões, de modo que passam a determinar o ordenamento de territórios não europeus, à medida em que se avança o modelo capitalista de organização da vida.

Com efeito, nos alerta Muniz Sodré (2019) a respeito do descobrimento das “terras livres” do novo continente, o colonialismo teve ao seu dispor uma “carta branca” para expandir e aplicar o projeto civilizatório em outros territórios do mundo. A racionalidade moderna passa a informar o modo de organizar as relações humanas e o mundo em si. Informam, dessa maneira, como organizar a cidade e os territórios. E esse território racionalizado, por sua vez, passa, também, a informar e orientar a ação dos sujeitos. O avanço da sociedade de mercado e das relações de cunho capitalista afetaram diretamente os modos de se viver na cidade. A lógica de mercado é deflagrada na estrutura espacial para facilitar a livre circulação de mercadorias a partir de uma ideologia desterritorializante, e assim modifica os contornos das relações e da organização social. Destacam-se, por isso, a arquitetura e o urbanismo como importantes códigos de dominação cultural que se transplantou desde a Europa rumo ao estabelecimento e formação das cidades brasileiras.

“No Brasil, o projeto civilizatório das elites buscava implantar modelos europeus de organização e planejamento racional dos espaços urbanos como um poderoso mecanismo de formação de uma mentalidade mais adequada para o avanço da lógica racional do mercado.” (SODRÉ, 2019, p. 35)

Dessa forma, o sistema colonial marcou profundamente o desenvolvimento das cidades brasileiras. A partir da reflexão sobre os centros urbanos no Brasil, principalmente a partir do caso do Rio de Janeiro, propomos pensar sobre o lugar e o papel social do botequim, compreendendo que esse espaço se relaciona de maneira muito singular com este projeto colonial, com o mundo do trabalho e com a manutenção da cultura que emerge nos domínios e nos espaços consagrados à vivência das classes populares. Para isso, iremos contextualizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre na sociedade brasileira e o “desajuste”⁷ em

⁷ A categoria desvio aparece nas obras de Gilberto VELHO (1981), Sidney CHALHOUB (2012) e Florestan FERNANDES (2021).

relação às expectativas da ideologia e da ética da sociedade de mercado e do mundo capitalista.

3.2

Transição no Brasil: da escravidão ao trabalho livre.

Os fatores das desigualdades brasileiras foram tratados com mais atenção pela sociologia crítica. Interessada em investigar o contexto da transição do regime escravocrata e senhorial para o sistema de trabalho livre, colocou em questão o tema da raça como fator de análise fundamental para uma compreensão acerca dos complexos processos de implementação da sociedade de mercado e da urbanização brasileira. As evidentes contradições entre a ideologia do progresso que se buscava implementar e as reais condições dos trabalhadores e ex-escravizados são fatores que se relacionam à própria questão do desenvolvimento e expansão dos centros urbanos brasileiros, e a promessa de liberdade e ascensão social que estimulava os grandes movimentos de migração do meio rural em busca de melhores condições de vida. Essa trajetória foi decisiva para apontar os limites da modernização em curso, marcando de forma definitiva as feições da desigualdade social no Brasil.

Nota-se que, no caso brasileiro, a desintegração do antigo regime se deu sem que fossem destituídos os seus operadores, de modo que

(...)os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (FERNANDES, 2021, p. 59)

Embora tivessem participado ativamente dos movimentos pela abolição, os negros tiveram as suas reivindicações cooptadas pela elite de intelectuais da abolição, não havendo qualquer incidência da questão racial sobre a integração do negro no novo arranjo social que fora desenhado. O abolicionismo converteu a luta contra o regime de acordo com os valores da liberdade social, política e econômica, tendo como influência principal os ideais eurocêntricos, e relegou as questões raciais ao segundo plano.

Assim, a transição para o trabalho livre não criou as condições para que houvesse uma mudança de perspectiva em relação à condição socioeconômica dos libertos em particular e do negro em geral. Se por um lado os antigos senhores não tinham obrigações sobre a manutenção e segurança dos libertos, tão pouco passaram a ter qualquer compromisso relativo às condições de trabalho e mesmo a uma remuneração digna. Abandonado pelas elites abolicionistas e progressistas, e posteriormente pelo Estado e pelo novo regime de trabalho, o destino do negro foi deixado à própria sorte. O Estado Republicano não absorveu e nem criou condições para a sua inclusão às novas organizações sociais liberais e às dinâmicas da relação de produção da sociedade de mercado. Desse modo, a abolição não correspondia necessariamente ao início de um processo de integração de ex-escravizados na sociedade. Eles não foram integrados socialmente e tampouco ao mundo do trabalho, uma esfera vital da vida urbana que, até os dias de hoje, é o principal alicerce da cidadania de boa parte da população mais empobrecida das cidades.

O processo de adensamento da cultura burguesa na sociedade carioca não se limitava à importação de bens de consumo industrializados e a entrada de capital de países estrangeiros. Além da transformação no consumo, as elites capitanearam todo um processo de transformação do modo de vida e da mentalidade urbana que tinham como referência o arcabouço civilizatório oriundo do continente europeu. Tais transformações buscavam a inserção do Rio de Janeiro na rota da “civilização”, e por isso era necessário afastar qualquer traço da cultura popular, principalmente aquela vinculada à população negra.

A abolição se desenrola, no Brasil, como um movimento em paralelo à continuidade da escravidão, tornando o nosso caso bastante singular. No período, ainda havia, nas zonas ricas do café, grande resistência à abolição, principalmente porque o motor produtivo essencial para o funcionamento de sua economia estava estruturado sob trabalho escravo. A herança da colonização entranhou na sociedade uma visão negativa a respeito do trabalho, já que, durante este longo período do regime de escravidão, o trabalho assumiu um caráter degradador da pessoa humana, dada a condição do escravizado. Nesse sentido, a afirmação do capitalismo e da ordem burguesa no Brasil dependia, fundamentalmente, da rearticulação da ideia que se tinha sobre o trabalho. (CHALHOUB, 2012, p. 65) Era preciso criar uma nova mentalidade sobre o trabalho, inclusive no interior da própria elite.

A elite dominante enxergava os libertos a partir da sua inadequação ao trabalho e, conseqüentemente, inadequados para a vida em sociedade. Seja porque eram por ela considerados como naturalmente preguiçosos, seja pela suposta incapacidade de adquirir ou aprender novas habilidades técnicas e aptidões práticas sobre os novos tipos de serviço, não eram considerados aptos à coletividade da fábrica e às metas de produção. De maneira que havia um consenso na elite de que não havia uma cultura propícia ao trabalho, pelo menos não como era imaginado. Pensava-se que os libertos não possuíam interiorizada a cultura do trabalho, e que a sua natureza sustentava os vícios que ameaçavam a ordem moral que se tentava impor. Foram, portanto, excluídos e não integrados às atividades do trabalho formal e livre que buscava-se implementar.

Em paralelo, intensifica-se a política de importação de mão de obra estrangeira que, em um processo de regeneração social levado a cabo pelas elites, além do aumento da produtividade, tinha o objetivo de conservar as principais virtudes da ética capitalista e realçar a imagem do trabalhador ideal. Julgavam que os imigrantes eram mais afeitos à disciplina e gozavam de vantagem técnica, tornando-os mais preparados para a inserção na lógica do trabalho moderno, enquanto os nacionais brasileiros, principalmente os ex-escravizados, foram excluídos das escassas oportunidades no mercado de trabalho. Diante da falta de oportunidades, a relação entre trabalhadores nacionais e imigrantes era marcada pela competição, o que criou obstáculos ainda mais complexos para a integração do negro no novo regime. No Rio de Janeiro dos anos 1890, os imigrantes representavam cerca de 30% da população, sendo os imigrantes portugueses a maior parte dos estrangeiros, correspondendo a 20% da população total. (CHALHOUB, 2012, P. 43) Alinhados à ideologia do novo trabalho, essa grande parcela de trabalhadores estrangeiros passou então a ser vista como símbolo do progresso nacional sendo o negro frequentemente preterido pelos patrões que buscavam a contratação de novos empregados.

Cabe observar, finalmente, que as características do fluxo imigratório levavam também a uma grande concentração de indivíduos na faixa dos 15 a 30 anos de idade. O imigrante, além de homem, era em geral jovem e solteiro, sendo que sua chegada em grande número no período aumentava a oferta de mão-de-obra e acirrava a competição pela sobrevivência entre os populares. (CHALHOUB, 2012, p. 45)

O cenário de competição e desigualdade de oportunidades traduziu-se no ingresso precário do negro no mercado de trabalho, assumindo apenas trabalhos subalternos que não lhes garantiam qualquer chance de ascensão social. Por outro lado, é possível observar a formação de redes de cooperação e apoio entre os imigrantes, facilitando o acesso a empréstimos e crédito, principalmente entre os comerciantes e proprietários de estabelecimentos como armazéns e botequins.

Uma pesquisa sobre os armazéns da cidade de São Paulo⁸ descreve os locais de comércio como grandes redes de apoio comunitário. Eles não apenas serviam para o abastecimento de todo e qualquer tipo de gênero básico, mas também funcionavam como casas de crédito, banco de empregos, centro de informações, entre uma vasta diversidade de funções. O dono do armazém talvez fosse a pessoa com o maior número de contatos e informações sobre a freguesia de moradores vizinhos. Manter boas relações com ele significava ter as portas abertas para uma série de eventos, obter facilidades e se informar a respeito das notícias e novidades da vizinhança. Mesmo que não fosse uma vantagem para os proprietários sob o ponto de vista econômico, sem essa capacidade de articulação e sem pertencimento comunitário, o negro continuava dependente das relações de trabalho do tipo paternalista que eram uma das marcas do regime escravista que ainda se perpetuava.⁹

Talvez por essas razões, o cotidiano da época foi marcado por diversas disputas e tensões que caracterizavam a rivalidade entre os imigrantes estrangeiros e os nacionais, principalmente entre os negros. Além da competição no mercado de trabalho, traços de uma rivalidade histórica pareciam ser reelaborados no contexto da transição para o trabalho livre e da consolidação da sociedade de mercado. Para o negro, a sua posição na escala de prestígio social pouco tinha mudado, pois se antes as relações de trabalho se configuravam pela relação do tipo senhor-escravo, no novo regime se traduziria para um novo tipo de relação exploratória, do tipo patrão-empregado, como falamos, mantendo, por muitas vezes, traços de caráter

⁸OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: 1850 - 1900, 2005.

⁹ Sobre a condição dos libertos no Brasil e, especialmente no contexto urbano do Rio de Janeiro, atribuía-se grande peso às relações pessoais. A capacidade de mobilidade social de uma pessoa era determinada por sua rede de relações pessoais.

paternalista. E mesmo que estivessem em alguma situação de trabalho de pretendida igualdade, como no trabalho das fábricas, as tensões das rivalidades se manifestavam, seja através de uma competição por melhores condições de trabalho, seja em disputas e desavenças pessoais por questões relativas à honra. Olhar para o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro é, também, um olhar para a condição do negro na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, que revela o universo dos conflitos e das disputas ou das relações comunitárias de solidariedade, e que muitas vezes evitavam o conflito como desfecho das disputas.

Em um quadro mais amplo, seria possível sustentar que essas disputas e rivalidades não apenas contribuíram para a falta de consenso, mas geraram grande dificuldade para o desenvolvimento de uma consciência de classe dos trabalhadores. Contudo, certas vertentes da sociologia e da historiografia sofreram duras críticas por reduzir as histórias dos trabalhadores àquelas do movimento operário ou aos movimentos políticos organizados. Sob um viés essencialista, teóricos que abordam as classes sociais ignoraram a experiência dos sujeitos do mundo do trabalho e da cultura popular e excluíram da história grande parte dos trabalhadores. Viam as classes como algo rígido, estático, desprezando o seu sentido histórico.

Iremos trabalhar, no entanto, com o sentido de classe como algo que se encarna nas relações entre pessoas e nos contextos reais e, por isso, se apresenta como uma relação e não uma coisa. (Thompson, 2020, p.11) Porque o trabalhador se constrói a partir das suas experiências cotidianas, em termos não apenas culturais, mas em um complexo sistema de valores e formas institucionalizadas de sociabilidade, como parte de um grupo social historicamente localizado. Assim, ter consciência do processo histórico que levou os indivíduos a assumirem certos papéis sociais e compreender os caminhos que conduziram à determinada posição na estrutura social, tal como a condição dos indivíduos na transição para a sociedade de mercado, é fundamental. Nesse sentido, o sujeito da classe popular, muito especialmente o trabalhador, e o olhar que enxerga o valor indispensável de sua experiência, serão, portanto, protagonistas em nossa pesquisa.

Thompson ajuda a pensar a experiência política dos trabalhos sem depender de uma visão que a atuação da consciência de classe resultará num movimento

operário organizado, e permite focar nessa consciência política nos termos em que de fato ela existia. Isso possibilita pensar a forma de atuação política dos escravizados, por exemplo, ao agir coletivamente para pressionar os senhores a colocar certos limites nos castigos, ou a resistir à venda, em algumas rebeliões.

Em suma, o projeto civilizacional que moldou o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, deu-se a partir de dois processos simultâneos, com a emancipação dos escravizados e a política migratória. Nesse sentido, a forma de introdução do capitalismo esteve diretamente relacionada ao objetivo de se constituir uma nova ética do trabalho na classe de trabalhadores. Ademais, o processo de integração social por via do trabalho foi introduzido à força, com o uso do aparato policial, para neutralizar os traços indesejados da sua cultura. Nesse contexto, a integração da classe trabalhadora nas leis do mercado de trabalho assalariado passava por dois movimentos essenciais, sendo eles, a construção de uma nova ideologia e disciplina do trabalho e a vigilância e repressão exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias. Assim, por volta dos anos 1930, entenderam que era necessário educar os libertos para que eles se tornassem aptos ao trabalho moderno. Essa educação seria feita por uma rigorosa disciplina das fábricas, mas que também contava com um aparato de controle e repressão, como veremos adiante. Educar para transformá-los em trabalhadores, ganhando assim algum tipo de utilidade para a sociedade. O trabalho aparece, portanto, como um elemento capaz de organizar a sociedade e conduzir a sua inserção no mundo civilizado.

3.3

A afirmação do capitalismo: as formas do controle social

(...) a questão da viabilização da dominação burguesa esteve articulada à questão da administração do comportamento das classes subalternas segundo padrões que extrapolaram o imediato da produção e se penetraram nos veios mais íntimos da vida dos trabalhadores: no seu lazer, na organização da sua vida familiar, num tipo específico de socialização “para o trabalho” (CARVALHO, 1983, p. XI)

3.3.1

Fábrica e disciplina

No percurso de construção do Estado Novo, o empreendimento levado a cabo pelas elites para a formação da classe trabalhadora se dava pela tentativa de

disciplinarização dos corpos e a fábrica era uma das faces de um duro processo de integração do trabalhador ao projeto civilizatório que foi levado a cabo pelo poder da sociedade de mercado. O progresso almejado viria pela adequação do grande contingente de pessoas que vinham das zonas rurais, mediante a construção do novo homem, através da disciplina e de sua adequação aos processos produtivos.

A fábrica, como exemplo maior do modelo disciplinar, especializado e mecanizado, era também agente formador de uma socialização para o trabalho. Ela representava a proeminência da racionalidade em contraposição que enxergavam ser os traços irracionais do modo de vida rural. Manuais de comportamento alertavam sobre os riscos de se tomar decisões baseadas em um momento de irracionalidade, estimulando nos trabalhadores o desenvolvimento do autocontrole. Essas diretrizes tocavam em áreas das qualidades e habilidades éticas e morais que se esperavam introduzir nos trabalhadores com o objetivo de adequá-los aos moldes do novo trabalho.

O processo de adequação não era apenas circunscrito ao universo da fábrica. Buscava-se transcender essa mesma disciplina para as esferas da vida cotidiana dos trabalhadores, introjetando uma nova hierarquia de valores éticos e morais na sua intimidade, no seio familiar, nos seus momentos de lazer, em suma, no universo da sua vida cotidiana. A fábrica se colocava no centro da vida dos trabalhadores, como alternativa aos obstáculos e mazelas da vida urbana, à medida em que buscava inseri-los na sociedade ao proporcionar, no seu interior, um sentimento de pertencimento e identificação com os valores do novo trabalho. (CARVALHO, 1983, p. 94)

Veremos que no caso brasileiro, diferente do que ocorreu nas cidades europeias, o processo de integração da classe trabalhadora na sociedade de mercado não produziu, como esperado, uma mentalidade coletiva que resultasse na participação política organizada dos trabalhadores. Eles não participaram na construção de alternativas ao modelo de integração precária que foi levado a cabo pela elite brasileira, exceto através de associações elaboradas em espaços informais, como é o caso do botequim. A elite brasileira preservou os mecanismos de controle social do regime escravagista, e não foi obrigada a fazer quase nenhuma concessão, na medida em que foi capaz de realizar a manutenção do seu poder e influência.

Assim, esse modelo de integração precarizada tomou forma não apenas através da disciplina e pelo adestramento dos trabalhadores, mas esteve alicerçada por um forte aparato de vigilância policial na garantia do progresso através da ordem. Do lado de fora das fábricas, esse aparato estava a serviço da vigilância e do controle de comportamentos ditos desviantes dos trabalhadores. A marginalidade e o controle social através das forças policiais marcam o primeiro contato entre o ex-escravizado e uma sociedade que se pretende fiel aos marcos civilizatórios da modernidade e ao seu sistema de leis e normas.

A respeito das representações da sociologia e historiografia sobre a classe trabalhadora, um estudo dos anos 1980¹⁰ observa que, embora existissem (anteriores à época de sua publicação) diversas correntes de pensamento claramente divergentes em relação às expectativas sobre a classe trabalhadora, seria possível colocar em debate os modos de construção da imagem dos trabalhadores nas ciências sociais no Brasil. A pesquisa apresenta os caminhos para a consolidação de um paradigma em que o seu diagnóstico sugere que a classe trabalhadora não demonstrava sinais de organização política interna e até mesmo não compartilhava uma mentalidade nem crença coletiva em favor da ideologia do trabalho. Considerava-se que entre os trabalhadores da fábrica ainda havia resquícios da mentalidade rural, com o seu tradicionalismo e seus padrões de solidariedade afetiva. Mesmo os sindicatos eram subordinados ao Estado, tornando-se parte da burocracia estatal que buscava difundir a cultura do progresso através da industrialização, como veremos posteriormente. Essas abordagens, embora possuam suas diferenças, compactuam com o citado paradigma que via os padrões de sociabilidade da classe trabalhadora no Brasil vinculados ao tradicionalismo, à submissão patronal, à recusa ao trabalho industrial e, ainda, com um sindicato burocratizado, clientelista e tutelado pelo Estado. Somam-se a este diagnóstico as limitações de um processo de industrialização desigual, algo que carrega em si a inevitabilidade de um processo estrutural e que marcou, portanto, os limites da presença de classe.

No contexto da publicação deste estudo, algumas transformações na prática social deram visibilidade a novas percepções sobre as classes sociais. Assim, com

¹⁰ Sader, E.; Paoli, M.C. e Telles, V.S. (1983). Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História, 6. São Paulo, ANPUH, Marco Zero.

a transformação das ações políticas, novas abordagens passam a enxergar na classe uma clara ligação com os movimentos sociais. As greves organizadas da década de 1970 demonstraram um novo momento para a classe trabalhadora no Brasil, o que tornaria evidente a relação da classe operária com os movimentos organizados que estavam por trás da organização das greves. Contudo, este é um tema que poderia se desdobrar em outra pesquisa. Nesse momento, ainda nos interessa observar a experiência dos indivíduos que estão no limiar do crescimento urbano e da solidificação da sociedade de mercado em meio ao desenvolvimento das grandes cidades.

3.3.2

Combate à vadiagem e o uso da força: casos de polícia.

(...) é impossível subestimar o papel do aparato policial enquanto elemento constitutivo essencial da estratégia de formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado. (CHALHOUB, 2012, p. 282)

As formas do controle social, especialmente aquelas que operam além do contexto da fábrica, foram sustentadas pela construção da vadiagem e ociosidade como ameaças à ordem, à moral e aos bons costumes. Em oposição à lógica do trabalho e, portanto, à própria civilização, a vadiagem passou a ser associada ao crime, pois criou-se o entendimento de que os sujeitos vadios eram dependentes dos delitos para sobreviver. Desta forma, foi estabelecida uma relação entre vadiagem e pobreza, onde a primeira era percebida como uma característica das classes pobres. Essa ideia é a base da elaboração do conceito de “classes perigosas”, que em seu estado mais bruto, que permanece até os dias de hoje, e pode ser traduzida como criminalização da pobreza.

O termo classes perigosas tem origem na Europa, em um contexto de expansão das grandes cidades e da intensificação da segregação espacial, que organiza racionalmente a cidade em diferentes zonas habitacionais, com delimitações específicas, marcando no território o lugar dos mais ricos e as periferias. No Brasil, o termo tem relação direta com a crise da escravidão e com o controle de escravizados e libertos. Esse debate é importado e adaptado às condições locais, que tinha nas cidades urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, um contingente enorme de escravizados. Aqui, as classes perigosas representavam

os povos urbanos estigmatizados, vistos como aqueles que transmitem doenças, que têm mais tendência à prática de crimes e que são alvo da política de vigilância e controle das instituições policiais. Nesse sentido, Chalhoub (2012) argumenta que não há dualismo, isto é, não há um mundo do trabalho e outro da ociosidade. Para o autor, existe apenas um mundo, que funciona de maneira coerente, já que a ociosidade é um artifício, um elemento constituinte da ordem e fundamental para a reprodução de um determinado tipo de sociedade.

A construção do estigma e da ideia sobre as classes perigosas justificam as formas de controle social. O controle social dos escravizados na cidade conta com a ajuda da polícia, que adquire uma importância cada vez maior. A instituição policial passa a, cada vez mais, vigiar, controlar e prender pessoas suspeitas, ou seja, aqueles negros e libertos que vivem em condição de precária, e que dependiam de uma mobilidade para realizar suas atividades laborais.

O aparato policial tem um papel fundamental a desempenhar neste momento de tentativa de imposição de uma ordem burguesa na sociedade carioca do período: sua função é ao mesmo tempo de vigilância — na medida em que deve zelar pela disciplina da força de trabalho — e de repressão direta — na medida em que deve espancar e arremessar ao xilindrô todos aqueles que se negam a se sujeitar às picaretas demolidoras da prefeitura ou à condição de trabalhadores assalariados. (Idem, 2012, p. 269)

Mas o que pode ser objeto de controle e repressão? Pessoas, suas identidades e subjetividades, ou mesmo os lugares e territórios que manifestem algo relacionado a identidade coletiva de um grupo podem ser vistos como ameaças? Como vimos, o uso da força precisa de uma justificativa discursiva e uma narrativa que informe a construção de um imaginário social acerca das ameaças à organização social dominante. Nesse sentido, entendemos que as narrativas podem ser construídas em cima de duas esferas de identidade e cultura. Por um lado, a identidade étnica, racial e cultura, que englobam os libertos, escravizados, negros e os vagabundos, vadios e ociosos. Nesse grupo, são incorporados ainda aos desajustados e inadequados ao trabalho moderno. Por outro lado, as visões negativas e os estigmas sobre os espaços do outro também formaram o repertório do imaginário social a partir de narrativas que enxergam o território como local da ameaça e por isso passível de controle e intervenção.

3.4

O outro e os seus espaços

As transformações urbanas no Rio de Janeiro tinham como objetivo inserir a cidade e o país na rota do mercado internacional, e permitir a entrada de capital estrangeiro era uma das exigências para a consolidação de um projeto de modernidade capitaneado pela elite nacional. Assim, o desenvolvimento do capitalismo se deu, principalmente, com a racionalização da cidade moderna. Com traços remanescentes até os dias de hoje, a lógica de mercado passou a se sobrepor às experiências cotidianas da população urbana, principalmente das camadas populares, bem como sobre a sua relação com os espaços da cidade e os territórios aos quais se identificavam.

Tais transformações estiveram associadas à tentativa de absorção de elementos simbólicos e culturais, e a "remodelação da cidade contava", nas palavras de Muniz Sodré (2019), "com esse pano de fundo ideológico". As marcas da parcela identificada com o indesejado mundo popular, sobretudo a população negra de escravos e libertos, e o atraso que representavam através das suas formas de viver, de conceber o mundo e mesmo de se comportar e se relacionar com a cidade, deveriam ser afastadas com vista a penetração da "marca civilizacional" que buscava-se imprimir no tecido social e urbano da capital. (SODRÉ, 2019, p. 45)

(...) é necessário considerar que a década de 1920 no Rio de Janeiro foi marcada por um dilema que envolveu as camadas populares urbanas - especialmente as comunidades afrodescendentes - e o Estado republicano. Os negros buscavam pavimentar caminhos de aceitação social, enquanto o Estado procurava disciplinar as manifestações culturais das camadas populares; estratégia considerada eficiente para controlá-las. (SIMAS, 2021, p. 64)

Não iremos explorar os pormenores das intervenções urbanas às quais a cidade e a população do Rio de Janeiro foram submetidas, senão observar que elas eram sustentadas por um arcabouço ideológico que pretendia o predomínio de uma visão de mundo sobre outra. Esse processo foi levado a cabo através da imposição de valores e normas comportamentais, com a disciplina, a vigilância e o controle sobre os corpos e espaços vinculados à cultura popular, dimensões que estão associadas, como vimos, ao território enquanto espaço de significados, e que se relacionam às identidades individuais e coletivas dos diversos grupos sociais urbanos. Essa lógica desagregadora dos espaços e da cultura popular era operada

através de um sistema totalizante, com a desvinculação, o afastamento e controle de seus símbolos e subjetividades através de processos de desterritorialização.

O projeto colonial disputa as duas dimensões da cidade, a cidade construída e a cidade representada, nos termos que foram tratados no primeiro capítulo. Para combater o "atraso civilizacional", agiu-se sobre os territórios de maneira generalizada. Assim, locais como as fábricas, cortiços, favelas e espaços de sociabilidade, como as ruas, botequins e terreiros, e os espaços simbólicos e culturais como a capoeira, o samba, e até mesmo os seus corpos, enfim, todo aquele universo que estaria vinculado à cultura popular e às classes subalternas, foram objeto de estigmatização, intervenção, controle e, no limite, de eliminação. Visto como ameaça, buscavam esvaziar a relação dessa parcela da população com os territórios, em seu sentido mais amplo, onde expressavam no cotidiano, de maneira espontânea, a sua vitalidade individual e social.

3.4.1

O estigma sobre as favelas

A relação da cidade com as favelas representa, de modo especial, os dilemas do processo de formação social e de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Essa comparação nos ajuda a perceber como os territórios vinculados às subjetividades das classes subalternas se tornaram historicamente objeto de controle e repressão, que tem como base a construção do estigma da patologia social.

Talvez pela falta de um projeto habitacional, as ocupações dos morros tornaram-se um dos traços mais característicos da paisagem urbana, e a expansão das favelas gerou forte oposição da elite política. O termo "favela" popularizou-se e passou a designar os locais de habitações pobres e ocupações irregulares no território urbano. A gênese do processo de construção das representações e imagens da favela está associada às descrições e categorizações realizadas pelos seus "primeiros descobridores": jornalistas, escritores, intelectuais, e reformadores sociais da época (VALLADARES, 2005, p. 28). Com o passar do tempo, a favela vai ganhando inúmeras conotações negativas que representam, de maneira geral, a oposição ao projeto da cidade moderna, ao progresso, civilidade, urbanização, e à higiene (BURGOS, 2005, p. 190).

Contudo, muito além da questão sanitária, a favela era percebida como epicentro da marginalidade e da violência urbana, de modo que as referências sobre o local promovem a construção de um imaginário social que identifica os moradores a partir da sociabilidade das "classes perigosas". A "invenção" da favela permitiu que ela fosse reinterpretada e rearticulada, com a construção de um imaginário social que serviu como suporte retórico para as análises e definições do "outro", da favela e seus moradores, passíveis das intervenções de caráter "civilizacional". (VALLADARES, 2005) Além de considerar que pertenciam a um mundo particular, externo ao mundo da cidade, afastada esteticamente e moralmente da civilização, sobre as favelas também recaíram as políticas de controle social, como a vigilância, a repressão e o uso do aparato policial.

A partir da construção dos estereótipos sobre a favela, as políticas públicas foram voltadas para o seu desmantelamento e o deslocamento dos seus moradores para locais mais distantes da região central da cidade, enquanto as políticas higienistas forneceram as bases para as grandes reformas urbanas do Rio de Janeiro. Entre a necessidade de 'arejar' o centro da cidade com a construção de vias mais largas, as elites impuseram a sua modernização, e a face mais perversa da arquitetura foi um instrumento eficaz nesse sentido. Portanto, o caso das favelas é muito representativo. Se criam imagens e estereótipos sobre a população das favelas que informam sobre a maneira como as políticas públicas ou as ações do estado e da sociedade serão direcionadas àquele território. Se a favela é vista como uma ameaça sanitária, justificam-se, então, as investidas do Estado nesse sentido. Se é vista como uma ameaça à segurança da cidade e da população, justificam-se as intervenções policiais. De toda forma, as favelas sempre foram vistas, ao longo da história, por um viés negativo, seja da carência ou da ameaça. Essa visão é a base das intervenções realizadas pelo Estado, que quase sempre é marcada pelo uso da força e da violência. É raro para esses territórios, a mediação política e o debate programático para a inclusão da favela nos espaços sociais e políticos da cidade. São territórios estigmatizados e, por isso, ficam, de modo geral, à margem do sistema da sociedade.

3.4.2

A visão negativa do botequim

(...) o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular. (CHALHOUB, 2012, p. 51)

No contexto urbano do Rio de Janeiro, o botequim também foi enquadrado como o local de uma sociabilidade que se associava à ideia de classes perigosas, de brigas e conflitos violentos, marcando o território enquanto ameaça às concepções de moralidade, civilidade e progresso. De maneira genérica, os fatos que ocorriam no botequim eram frequentemente tratados como casos de polícia, e o controle e a repressão nesses locais se tornaram constantes, como indica a icônica pesquisa sobre o botequim de Sidney Chalhoub (2012), que se debruça sobre os registros policiais do período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Tais registros continham inúmeros relatos que evidenciaram o botequim estigmatizado, como lugar próprio da resolução das disputas e rixas violentas entre as classes perigosas.

Nesse contexto, dá-se a estigmatização de um dos principais espaços de lazer das classes urbanas mais pobres. O botequim com frequência era representado nas manchetes da imprensa carioca da época como um local onde reuniam-se os vadios e desordeiros. Local onde havia conflitos, disputas e brigas que por muitas vezes terminaram de forma trágica. As classes populares deveriam ser convertidas na ideologia do trabalho e da família, e evitar a frequência em espaços dessa categoria. Assim, a penetração de um modelo fordista na vida íntima dos trabalhadores também foi um aspecto significativo, pois a disciplina do trabalho foi estendida à vida privada dos trabalhadores. Envolveu a imposição de normas e regras de comportamento, sobriedade e moralidade, destinadas a transformar os trabalhadores em indivíduos disciplinados, procurando substituir uma vida desregulada por um modelo centrado no consumo e na unidade familiar, visando orientar todos os aspectos da vida do trabalhador, dentro e fora do trabalho.

Há de se notar que o projeto capitalista e de cultura burguesa não se deu de forma linear e sem obstáculos. Ela não foi assimilada sem resistência. Ao contrário, essa relação sempre foi dialética. Houve muita resistência por parte dos sujeitos do mundo popular em preservar os seus valores e modos de vida. A vida no cotidiano do botequim e a incorporação sociabilidade que emerge no seu interior, de alguma maneira, representava uma forma de resistência à imposição da cultura burguesa que se tentava incorporar na sociedade carioca.

(...) muitas vezes os trabalhadores frequentam estes estabelecimentos nos interstícios da jornada de trabalho, quebrando assim a rotina de produção que seria desejável do ponto de vista estrito dos donos do dinheiro. (Idem, 2012, p. 258)

A elite brasileira queria a modernização da cidade, e para isso deveria romper com o passado colonial, e foi por meio desse artifício que a formação ideológica brasileira se baseou. A modernização se deu não apenas pela absorção das aparências da cultura europeia pelas elites locais, nas formas de se vestir, de comer, das casas, enfim, quase tudo era fruto de importação dos modos e estilos de vida europeu. Foi necessário intervir nos territórios simbólicos ligados às identidades coletivas e individuais da cultura popular e às classes subalternas, entre eles o caso do botequim possui grande relevância. Somente décadas mais tarde, a compreensão sobre os botequins começa a se transformar. O botequim passa a ser percebido como lugar de manifestação da cultura e identidade da cidade, e por isso será objeto das contraditórias políticas de patrimonialização.

4.

Formas espontâneas de viver: as frestas

Acontece que um território (a Colônia) não se esgota no projeto exploratório de uma Metrópole. O território tem marcas próprias, tem sua particular dinâmica de relacionamento com o real (a cultura), capaz de, às vezes, refazer ou, pelo menos, expor as regras do jogo dominante. Muitas vezes, a lei metropolitana, como se dizia nas colônias hispano-americanas, *"se acata, pero no se cumple"*. (SODRÉ, 2019, p. 38)

Somente a partir de uma sensibilidade que percebe a centralidade do botequim para uma parcela significativa da população carioca e para a própria cidade do Rio de Janeiro, é possível compreendê-lo como um lugar onde se reproduzem os conflitos e consensos da vida cotidiana no meio urbano. Um espaço depositário de diferentes tensões, sobrecarregado por pressões do mundo do trabalho, da família, das relações de classe, raça, etnia e gênero, também inserido num contexto de cidade que, ao longo das últimas décadas, vem restringindo o acesso aos seus espaços públicos. Por outro lado, é um espaço onde não se manifestam apenas as sociabilidades limitadas às pressões da vida cotidiana. Ali, parece também emergir uma forma de sociabilidade alternativa, ao passo que se expressa, como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, com uma feição mais democrática, capaz de ampliar o sentimento de pertença aos seus frequentadores, fomentando entre eles a criação de valiosas redes de cooperação e solidariedade.

No botequim também são forjadas e vislumbradas novas formas de relação e de ocupação dos espaços da cidade, ao passo que este lugar proporciona uma maior vitalidade à vida social urbana, principalmente no contexto da vizinhança, das ruas e dos bairros. Por ser depositário de histórias e subjetividades coletivas e individuais, o botequim se apresenta como um espaço onde se produzem evidências de um certo tipo de sociabilidade espontânea em relação não somente à vida pública, mas também à própria formação das subjetividades e da cultura. Inauguramos, neste ponto, uma tentativa de observar como essa sociabilidade pode ser preservada, e se é possível compreendê-la como uma alternativa mais humanizada e menos constrangedora do caráter do indivíduo diante da sua própria vida no contexto urbano.

4.1

Utilidade ou significado?

Vimos que, para Luiz Antônio Machado (2011), o botequim preenche um vazio deixado pela ruptura das organizações tradicionais de sustentação do indivíduo e a não absorção aos novos alicerces organizacionais da vida urbana, servindo como uma ponte capaz de integrar, mesmo que precariamente, as “massas” ao tecido social e à cidade. Assim, realiza uma leitura que parece focar no valor de uso desse espaço de significados ao não considerar que as subjetividades que ali se manifestam correspondem a um tipo de resposta na disputa pela elaboração de novos significados que orientam um modo de vida, em franca contraposição às subjetividades determinadas pelas forças e pressões da vida cotidiana, como a já citada atitude *blasé*. Em outras palavras, é possível ir além do senso comum e entender que a relação dos trabalhadores e o botequim tem uma amplitude maior que uma relação de ordem prática, que percebe que mesmo dentro desse local, estariam competindo entre si em busca de vantagens de qualquer tipo, materiais ou simbólicas, seja por buscarem oportunidades de trabalho seja por afirmarem a sua subjetividade diante da mazela alheia.

A partir de sua dimensão territorial, o botequim proporciona, de maneira espontânea e orgânica, outros tipos de vínculos associativos, que transcendem o imediato das relações pragmáticas e impessoais. No interior dos espaços de significados, as confraternizações, celebrações e os seus rituais internos são preenchidos de significados próprios, de modo que aqueles que ali estão comungam e compartilham momentos sem ter necessariamente qualquer interesse predeterminado, além de buscar satisfação apenas por estarem juntos. Afastamos, assim, uma concepção meramente utilitarista, mesmo que em certa medida, o botequim cumpra, de fato, uma função social muito objetiva e prática em determinados contextos históricos e em determinadas circunstâncias sociais. De modo que pensar o botequim a partir dos espaços e territórios de significados, capaz de transcender os limites da utilidade prática e como produtores de sociabilidades espontâneas em relação aos constrangimentos do cotidiano, nos permite abrir caminhos para pensar sobre a sua dimensão patrimonial e refletir sobre como se dá a sua construção e a sua permanência ao longo do tempo.

4.2

Outros territórios da cultura popular

A abordagem dos espaços da cidade a partir da lógica do território também pode ser encontrada no trabalho de alguns autores da literatura brasileira. O historiador Luiz Antônio Simas aborda o tema dos espaços urbanos repletos de significados que se tornaram referência da cultura da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a partir do exemplo do estádio do Maracanã. Para este autor, o Maracanã pode ser interpretado sob diversos prismas, mas há de se notar pelo menos duas maneiras de fazer a sua leitura que dizem muito sobre os meandros do arranjo social brasileiro. A primeira é aquela que entende que o estádio foi construído como projeto de Estado republicano, que buscava integrar diversas classes e culturas dentro de um projeto civilizatório unificado, onde o futebol tinha um papel importantíssimo como fator de integração nacional.

O estádio foi pensado, em 1950, para ser frequentado por torcedores de todas as classes sociais, mas não de forma igualitária. O Maracanã foi espacialmente dividido, como se cada torcedor tivesse que saber qual é a sua posição na sociedade: os mais pobres na geral, as frações da classe média nas arquibancadas, os mais remediados nas cadeiras azuis e os abastados em suas cadeiras cativas. Apesar disso, essa divisão era constantemente rasurada, permeada de nuances desestabilizadoras pela prática do ato de torcer e de se apropriar inventivamente do espaço. (Simas, 2021, p. 106)

Essa imagem de um estádio espacialmente dividido é representativa de um projeto civilizatório operacionalmente desigual e fragmentado. Contudo, o trecho destacado mostra um resultado inesperado: a configuração do estádio, mesmo tendo como concepção original um projeto que mantinha, no espaço construído, os marcadores da divisão socioespacial que separavam os locais destinados dos pobres, classe média, altas e abastadas, acabou sendo subvertida pela maneira com que as torcidas vivem os momentos de euforia durante as partidas, com a criação de laços estreitos, entre esses segmentos sociais.

(...) o processo do uso do Maracanã como um espaço coletivo da população da cidade, que cria incessantemente formas de ocupar o estádio e o seu entorno em dias de jogo, não é isolado de uma dinâmica mais ampla de disputa pelo território. As praias, avenidas e esquinas do Rio de Janeiro fazem parte da mesma dinâmica de apropriação da cidade pelas bordas, frestas e fissuras. Proponho aqui que pensemos essas culturas forjadas na experiência das invenções da vida no precário como “culturas de síncope” (Idem, 2021, p. 103)

E nesse lugar da torcida, das formas alternativas e espontâneas de ocupação do estádio, das sociabilidades que se forjaram em seu interior à revelia do projeto de segregação, e que fazem os torcedores serem capazes de navegar socialmente com maior fluidez naquele espaço, está a subversão que o território e as "culturas de síncope" impõem ao projeto civilizatório oficial, de controle e regramento da população. São as maneiras informais e espontâneas de ressignificar os territórios e espaços segregados através das manifestações da sociabilidade.

Ao explorar as formas pelas quais o estádio é apropriado e vivenciado, tanto coletiva quanto individualmente, podemos compreender suas dimensões materiais e simbólicas. Através desta lente, fica claro que, para Simas, o Maracanã pode ser entendido como um território de significados, como o terreiro e o botequim, espaços onde as experiências com o outro são ritualizadas por meio das sociabilidades. Se a materialidade de um terreiro é um ponto de referência importante, também é fundamental considerar suas dimensões imateriais. Em outras palavras, o que vivenciamos como materialidade de um terreiro é moldado pelos efeitos e cruzamentos dos saberes que se praticam por meio do rito.

O autor Muniz Sodré (2019) destaca que o terreiro possui um significado muito profundo em solo brasileiro. São locais marcados como depositário de uma riquíssima transferência do patrimônio cultural negro, pois, na organização do seu espaço físico e na disposição dos elementos simbólicos, reproduzem os espaços da vida na África. Os terreiros são territórios de significados, porque ali se reproduzem os espaços e a cultura de um povo, e mesmo que estes estejam localizados dentro de grandes centros urbanos, são capazes de fazer referência a outras espacialidades e temporalidades. A consolidação dos espaços de significados opera no sentido de reterritorialização de uma comunidade que comunga, na sua dimensão histórica e simbólica, os valores e os ideais das comunidades e dos indivíduos. Dessa forma, os grupos sociais excluídos do proposto projeto civilizacional oficial foram capazes de reconectar-se com a sua subjetividade resgatando práticas e comportamentos e, por fim, traços de sua identidade, que o elemento urbano e moderno acaba por constranger ou apagar. São estes suportes simbólicos que se mostram capazes de conferir a permanência e a continuidade à identidade de um grupo, conectando gerações através de suas histórias e memórias coletivas.

A cultura dos terreiros pode, portanto, nos ajudar a pensar outros espaços da cidade, como propõe este autor. Mas não é somente no terreiro propriamente dito que as formas alternativas de se ocupar a cidade se manifestam. É também no estádio do Maracanã, no samba, nas esquinas, nos botequins que, como espaços de significados onde as sociabilidades se expressam de maneira original, criativa e espontânea, fogem daquilo que fora inicialmente planejado pelo contraditório projeto de integração nacional capitaneado pelo Estado. Nesses contextos, são recriadas as formas de convívio entre diferentes setores, classes e segmentos sociais, nas frestas das rígidas estruturas oficiais. Se recriam as formas de ocupação e de habitar a cidade e, especialmente, no interior os espaços de convívio social. Novos significados são atribuídos, novas concepções surgem, novos saberes são produzidos, e uma outra lógica se faz presente e passa a orientar, como vimos, as formas de ação e de experiência humana.

Com a ausência do Estado e poder público para criar espaços encontro e sociabilidade na cidade, emergem, nas frestas, novos espaços de cidade ou os antigos são apropriados pelos sujeitos da cultura popular. Nesse sentido, a ação humana vai moldando as formas de se viver e habitar no espaço urbano, e com isso modifica-se as formas de uso e de apropriação dos espaços. Por exemplo, as esquinas de Barcelona, que acabaram por se tornar pontos de encontro importantes para determinados grupos locais. Lugares vão ganhando significado, como é também o caso do botequim no Rio de Janeiro, um espaço que foi, por diversos motivos, incorporado ao cotidiano da vida carioca.

Manifesta-se, através da experiência das classes subalternas, símbolos culturais que disputam com as elites, mesmo que dissimuladamente, a narrativa sobre as formas de viver e habitar a cidade. Essa disputa que se dá no âmbito da identidade, dos valores morais e nas formas de sentido subjetivo, se ancora nos espaços físicos, especialmente através dos *suportes territoriais*. (SODRÉ, 2019) São espaços físicos que preservam, através da sua dimensão simbólica, uma concepção de mundo, e permitem a continuidade de suas culturas ao produzir formas de viver, habitar e significar o território e, conseqüentemente, passam a estimular novas abordagens sobre as formas da cidade, a constituição do espaço físico e planejamento urbano.

4.3

A partir dos territórios, os espaços de memória

Sidney Chalhoub (2012) considera que a cultura popular no Rio de Janeiro, durante os anos de formação da classe trabalhadora, foi formada a partir de uma dialética de normas e valores conflitantes. Por um lado, havia normas e valores que as elites locais buscavam impor "de fora para dentro e de cima para baixo" sobre as classes populares. Por outro lado, normas e valores criados pela própria classe trabalhadora emergiram de suas experiências da vida cotidiana. O autor argumenta que, nesse período, havia na cidade uma cultura popular relativamente autônoma, energética e inovadora. Apesar das tentativas das classes dominantes de impor o projeto de sua sociedade, elas não puderam evitar as contingências impostas pela firme resistência da classe trabalhadora à destruição de seus valores tradicionais. (CHALHOUB, 2012, p. 256)

Como vimos, a dimensão territorial nas sociedades industriais modernas ganha expressividade principalmente nas cidades planejadas das colônias, como é o caso do Rio de Janeiro, com o avanço de um projeto urbanístico europeu moderno, capitaneado pela elite local que se opunha aos símbolos culturais e as formas de habitar a cidade das classes subalternas, sobretudo aquelas relacionadas à cultura negra de matriz africana, originalmente sustentadas pelas sociabilidades de escravizados e libertos. As formas de cidade que emergem a partir do planejamento orientado pelo capitalismo racional desembocam, com frequência, em um esmagamento das diferenças. Assim, os lugares de memória foram destruídos no Rio de Janeiro. Desde o morro do castelo, onde surgiu a primeira favela, aos espaços simbólicos como o samba e toda a sorte de cultura popular que era vista como uma espécie de subversão ao projeto civilizatório.

Mas em contextos de grande pressão, foi possível que os diferentes grupos sociais encontrassem estratégias e dispositivos com os quais buscaram as formas de garantir não apenas a sua sobrevivência como, principalmente, a manutenção sustentável de sua subjetividade. Nos chama atenção, portanto, os espaços de significados que se opõem à imposição dessa lógica, proporcionando o acúmulo de experiências originais com a elaboração de formas de resistir que, em grande parte das vezes, possuem as marcas do território e, a partir dele, pela manifestação das subjetividades e culturas populares.

As comunidades litúrgicas conhecidas no Brasil como terreiros de culto constituem exemplo notável de suporte territorial para a continuidade da cultura do antigo escravo em face dos estratagemas simbólicos do senhor, daquele que pretende controlar o espaço da cidade. (SODRÉ, 2019, p. 20)

4.4

Memória, patrimônio e legado.

Para todo e qualquer indivíduo da chamada 'periferia colonizada' do mundo, a redefinição da cidadania passa necessariamente pelo remanejamento do espaço territorial em todo o alcance dessa expressão. (Idem, 2019, p. 20)

A partir dessa perspectiva, é possível compreender a própria noção de patrimônio como algo que não se define apenas em relação à herança dos bens materiais, ou seja, não se trata apenas da ideia de transferência de propriedade. A maneira como pretendemos abordar o patrimônio está principalmente relacionada à transferência do legado de uma memória coletiva. Nesse sentido, conceitualmente, aquilo que pode ser entendido como patrimônio, ou seja, aquilo que é o legado e que é transmitido entre gerações de um coletivo ou de um grupo humano, como a memória, os saberes, a maneira de interpretar e sua conduta no mundo, pode também ser percebido através das categorias de espaço e território. Assim, a noção de patrimônio, especialmente a noção de patrimônio simbólico e imaterial, remete à ideia de herança que transmite, como legado entre gerações, um "sistema de pensamento" (SODRÉ, 2019, p. 57) Aponta-se também para a dimensão da memória que está relacionada ao campo da identidade, pois a memória é também o espaço de disputa e de produção do simbólico. Nesse sentido, os terreiros são, a partir da lógica dos suportes territoriais, algo como polos de identificação. Se relacionam com a cidade enquanto se preenche de significado e confere, aos seus frequentadores, um complexo sistema que informa e é constituído na relação subjetiva e cultural do grupo. Em suma, podemos considerar que a memória pode assumir uma dimensão territorial.

Dessa base territorial, teatro de uma memória coletiva ancestral, irradiaram-se para corpos negros ou não as inscrições simbólicas que constituíram aquilo depois designado como "jeito negro-brasileiro de ser. (Idem, 2019, p. 61)

Um outro aspecto do entendimento sobre a transmissão da memória e do legado de saberes através de gerações pode ser considerado a partir dos próprios fundamentos da sociologia enquanto disciplina, já que ela é caracterizada por uma maneira singular de observar os modos de produção e reprodução da vida social. Talvez pelo simples fato de que esta ciência, em sua mais pura expressão, propõe uma agenda de trabalho concebida a partir de uma abstração, ao perceber que a sociedade, como objeto primordial de análise, não é um dado da natureza, e tampouco pode ser percebida pela mera observação dos indivíduos separadamente. A sociologia inaugura um método que elabora uma síntese intelectual para abordar uma série de questões que não têm a sua necessária expressão na esfera individual e nem se encontram no real imediato, mas que podem ser interpretadas a partir de um olhar mais distanciado, que permita a compreensão sobre as forças e os motivos dos comportamentos e transformações sociais.

Em Simmel, pensar o indivíduo a partir de uma abordagem sociológica é também pensar sobre duas dimensões que operam na produção e reprodução do sistema social. Uma delas diz respeito ao caráter da assimilação e influência mútua das trocas humanas, que marcam os indivíduos a partir do seu contato.

Mas a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. (SIMMEL, 2006, p. 17)

A outra se manifesta através da expressividade das tradições e heranças, e confere um forte sentido de uma base comum aos indivíduos, perpetuadas por um sistema hereditário que revela aquilo que os conecta e perpetua culturas e saberes. Nesse sentido, podemos perceber que aquilo que é singular em um grupo social é construído por um complexo de fenômenos e que só pode ser percebido por sua unidade.

(...) por meio da sucessão das gerações, cujas heranças e tradições se misturam indissociavelmente com as características próprias do indivíduo, e agem de modo tal que o ser humano social, diferentemente de toda vida subumana, não é somente descendente, mas sobretudo herdeiro. (Idem, 2006, p. 21)

4.5

As possibilidades e os problemas da patrimonialização.

Ao longo desta pesquisa buscamos entender como o botequim não apenas está próximo como também é um mediador das subjetividades, principalmente por estar diante das questões do mundo do trabalho, da cultura, do lazer, da família, da comunidade, entre outros mundos. Nesse sentido, pesquisas recentes discutem a relação mútua entre o meio urbano e o botequim como produtor de símbolos culturais sob o viés das políticas públicas voltadas para a gestão dos espaços que expressam a identidade cultural da cidade.¹¹ E se o botequim é um desses espaços que expressam a identidade da cidade, da mesma forma é possível observá-lo como um espaço dinâmico, que é capaz de ressignificar a si mesmo e que é depositário de história e significado, ao mesmo tempo em que atua para produzi-los.

No ano de 2011, foi divulgado um decreto municipal¹² que elevou os doze primeiros botequins ao patamar de patrimônio cultural imaterial carioca. Essa nova abordagem das políticas públicas e governamentais estabelece um novo paradigma acerca do status do botequim e marca, também, uma transformação na percepção desse tipo de estabelecimento, tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Mas essa mudança de abordagem não parece resultar em uma simples inversão interpretação, já que ela é marcada por uma série de ambiguidades, presentes nos processos e nos dispositivos das políticas públicas de patrimonialização, principalmente a partir dos anos 2000. O botequim e as identidades coletivas e individuais que estão relacionadas a ele, podem estar enfrentando, agora sob uma nova aparência, a continuidade das disputas e tensões que marcaram a sua história.

Ao analisar os decretos e o processo de patrimonialização, é possível verificar alguns indícios de que a disputa e a tensão entre territorialização e desterritorialização ainda permanecem. Por um lado, as políticas lançadas visam a permanência do botequim na paisagem social e urbana da cidade como

¹¹ Ver: Castro, Ana Monteiro de Barros Hardman de. Silva, Augusto César Pinheiro da. Bares e botequins tradicionais: patrimônios culturais para as sustentabilidades na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. 262p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ver também: Pendura Essa: a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Thiago de Mello, UFF, 2003

¹² Decreto Nº 34869. Acesso em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108326/15DECRETO34869CadastrodeBareseBotequinsTradicionais.pdf>

representação da identidade e da cultura carioca. Ao elaborar salvaguardas para esse tipo de estabelecimento, ela acentua a importância desses espaços de sociabilidade, mas, por outro lado, procura potencializar a sua dimensão comercial. Esse entendimento do poder público aponta que a permanência e a sustentabilidade desses estabelecimentos estão relacionadas à sua capacidade de empreender e realizar a gestão de um negócio lucrativo.

Os processos de globalização associados ao capitalismo global e a homogeneização das cidades, acabou favorecendo a busca dos poderes públicos realçar aquilo que é singular à cidade e, assim, o botequim se coloca como um espaço que representa a identidade do Rio de Janeiro. Operando dentro da lógica de um neoliberalismo urbano e de uma cidade cênica, marcada pelos grandes eventos, espaços como o botequim passaram a serem vistos como um ativo urbano capaz de atrair turismo e, assim, integrar a rede urbana voltada para o consumo. A sua dimensão cultural e identitária passa a ser concebida também como fator de mercado, que acaba se transformando em um produto passível de ser consumido em larga escala, por diferentes segmentos da sociedade, tornando-se interessante, inclusive, sob o ponto de vista do turismo internacional. De fato, há um benefício, através do aquecimento econômico, para as pessoas diretamente relacionadas, que vivem nas cercanias e dependem do botequim para garantir o seu sustento. A melhora do desempenho desse tipo de atividade comercial garante a pujança dos comerciantes e das redes, formais e informais, a ele relacionadas em âmbito local e regional.

Contudo, o desenvolvimento das políticas públicas que visam, principalmente, incentivar o fator de mercado estão sujeitas à homogeneização e a adequação dos botequins a padrões determinados pela lógica do consumo e do capital. Assim, o processo de patrimonialização assume um sentido de nivelamento cultural, aplanando e destruindo culturas autóctones, culturas vernaculares e tradições locais, em um processo grave de perda cultural e identitária. Perdem-se os símbolos, os rituais e os significados, de modo que o capital se apropria da narrativa acerca da identidade do botequim, recontando a sua história a partir de uma nova forma de ocupação do lugar, culminando, por fim, em um grave processo de desterritorialização, ao desagregar os laços subjetivos, simbólicos e culturais que unem os indivíduos ao território.

Mesmo que haja um reconhecimento formal do seu significado para a identidade da cidade, no entanto, o enfoque da gestão dos patrimônios culturais parece estar voltado para uma lógica de mercado, que busca fazer dos botequins lucrativos empreendimentos comerciais. Ainda que as diretrizes da gestão e da patrimonialização estejam fundamentadas em valores identitários, a sua valorização, a partir do reconhecimento social e cultural e, conseqüentemente, da integração à cidade, é delimitada a partir da lógica do capital, que tem como objetivo a sua inserção no mercado, no turismo, e no circuito comercial, ao aprimorar a sua capacidade de venda e consumo de produtos. Assim, abre-se espaço para uma reflexão sobre como a noção de patrimônio, ou a patrimonialização do botequim, vem sendo corrompida pelas políticas públicas.

Nesse sentido, a permeabilidade da lógica do capital pode ser ainda mais nociva, pois acaba rearticulando as relações sociais e territoriais a partir de dentro de espaços como o botequim. A lógica do capital ameaça, sobretudo, aqueles botequins que mais "deram certo", e que, inclusive, foram reconhecidos, através dos decretos, como patrimônio cultural imaterial. Porque, na verdade, a identidade que é construída ali é fruto de uma vivência, da experiência e da reprodução cotidiana de uma de uma sociabilidade singular. A penetração da lógica capitalista em seu sentido mais amplo, com uma racionalidade e uma temporalidade específica, interrompe as vivências e as experiências espontâneas do seu cotidiano, de modo que, mesmo que o espaço físico permaneça inalterado - o que se demonstra raro - as relações sociais e as dinâmicas internas do botequim são alteradas. Nesse sentido, os valores e sistemas simbólicos, e a própria sociabilidade, que sustentam e forjam as identidades são subvertidos e passam a ser desvinculados dos territórios. Sem dúvida, qualquer política pública de patrimonialização que pretenda ser implementada deve considerar que irá exercer a sua influência, voluntária ou involuntária, na própria dinâmica de produção e reprodução das sociabilidades e das subjetividades daquele espaço.

Embora haja uma nova abordagem do poder público e da sociedade orientada aos botequins, ela não garante que esses espaços se mantenham livres das ameaças à sua sobrevivência, ao menos no que diz respeito à sua posição enquanto espaços ou polos de expressão e identificação social, sobretudo ligados à identidade

espontânea das classes populares. Essa ameaça permanece, sobretudo, porque as políticas públicas de patrimonialização incorporam uma lógica de mercado que, invariavelmente, acaba produzindo a padronização e standardização dos espaços em sua dimensão material e simbólica. Sabe-se, no entanto, que há um número expressivo de botequins por toda a cidade, e que em sua grande maioria, não estão no escopo de ação das políticas públicas. No geral, esses locais continuam preservando a sua integridade subjetiva diante das novas relações de integração e aceitação social, porém com o custo de continuarem sendo estigmatizados, mantendo-se inseridos na esfera dos antagonismos sociais, onde estiveram ao longo de sua história.

5. Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, tentamos refletir sobre as formas como o botequim se relaciona com o mundo social, e mais especificamente, com as condições dos sujeitos do mundo do trabalho e da cultura popular no contexto das transformações urbanas do Rio de Janeiro. Além disso, o botequim dialoga com os modos de vida da vizinhança, das ruas e da cidade, conferindo um sentimento de pertença entre os seus frequentadores. Assim, apresenta-se como um espaço vital para grupos historicamente marginalizados, proporcionando modos de vida alternativos à lógica e às pressões da vida cotidiana, atravessado por questões do mundo do trabalho, classe, raça, gênero, entre outros. Por outro lado, conecta-se à dimensão urbana, constituindo-se como um espaço de encontro e de ocupação em uma cidade cada vez mais segregada, que limita a mobilidade e o acesso aos seus espaços públicos.

Consideramos que os estudos abordados na presente pesquisa não esgotaram a dimensão sociológica do botequim. Embora sejam perspectivas muito interessantes porque marcam a percepção e a relação dos indivíduos com o espaço, o botequim aparece, por vezes, como um elemento na paisagem das dinâmicas sociais e urbanas, ou cumprindo uma determinada função de ordem funcional, como parte da integração das “massas” ao mundo social, em um contexto histórico específico. De certa forma, a compreensão sobre o botequim que emergiu dessas perspectivas esteve comprometida com uma perspectiva estrutural-funcionalista. Também podemos notar que um peso muito grande sobre dimensão cultural, onde o espaço importa pouco, ou pelo menos não é aprofundada uma reflexão nesse sentido.

O botequim é um espaço de reprodução social onde são criados sistemas simbólicos e culturais próprios a partir das interações entre os indivíduos. Esses espaços estabelecem esferas de ação social e domínios culturais que orientam a compreensão dos indivíduos sobre as maneiras de navegar socialmente. No botequim, há uma subversão das relações da estrutura social, constituindo uma maior igualdade entre os diferentes papéis sociais, principalmente a partir da mesma noção de sociabilidade democrática.

No que diz respeito a sua relação com o mundo do trabalho, apesar da escassez de elementos que viabilizassem a formação de uma classe trabalhadora com capacidade de elaborar uma agenda de reivindicações ou qualquer tipo de ligação com movimentos populares organizados, não podemos desprezar o fato de que as histórias e dramas individuais foram decisivos para a pavimentação dos caminhos do desenvolvimento brasileiro. Em oposição ao mundo do trabalho, especialmente no que se refere ao seu caráter disciplinador, orientado pelo projeto “civilizatório”, na formação de uma ética do trabalho baseada na disciplina e no controle, está o botequim. O botequim se apresenta para o trabalhador como um espaço alternativo tanto ao espaço da fábrica quanto à própria cidade, que permite, através das sociabilidades que se ali se manifestam, a sua integração e o sentido de pertencimento comunitário. Porém, essa relação, sob o ponto de vista do território, confere ao espaço a noção de um agente indutor de modos de comportamento e ação, e se apresenta intimamente relacionada à própria formação das subjetividades coletivas e individuais, impondo-se também como uma forma de ordem existencial. (SODRÉ, 2019, p. 20)

Talvez o aspecto mais fundamental dessa pesquisa esteja na compreensão do botequim enquanto um espaço de significação social, um lugar de memória, um espaço que é também patrimônio, porque transmite e informa os sujeitos determinada cultura que orienta ações e visões de mundo. Enquanto espaço de sociabilidade e território de significados, o botequim pode ser visto como um lugar de resistência ao projeto de cidade e ao modelo de organização social que buscava-se impor no Rio de Janeiro, protegendo os indivíduos dos mecanismos de segregação. Ao forjar uma subjetividade e criar uma lógica alternativa, o botequim manifesta, em diálogo com os indivíduos do mundo popular e com a cidade, uma sociabilidade que se revela nas frestas e fissuras de um projeto civilizatório desumanizador que busca penetrar na vida capitalista. Se a essa lógica e a forma de organização social que ela representa diz respeito à dimensão política e cultural, concomitantemente, o botequim também se relaciona com a cidade, em sua dimensão estrutural, ou seja, a partir das características do espaço construído que o posiciona de maneira aberta e integrado aos espaços da cidade. Como um lugar de considerável relevância para a vizinhança, o botequim se revela como o lugar próprio dos encontros. No contexto do bairro ou da cidade, representa uma forma

de ocupar os espaços públicos, já que está intimamente ligado à rua e mantém com ela uma convivência direta e intensa.

6.**Referências bibliográficas**

ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006, 156p.

BURGOS, M. B. *Cidade, Territórios e Cidadania*. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 198-222, Janeiro 2005.

CARVALHO, J. M. D. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade & Fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UNICAMP

CASTRO, Ana Monteiro de Barros Hardman de. Silva, Augusto César Pinheiro da. *Bares e botequins tradicionais: patrimônios culturais para as sustentabilidades na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

DAMATTA, R. *A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

FERNANDES, Florestan: *A integração do negro na sociedade de classes*. 6 ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública - Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELLO, Pedro Paulo Thiago de. Pendura essa, a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 55, 1º semestre, São Paulo, 2003. pp. 73-98.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: 1850 - 1900. São Paulo: Alameda, 2005.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. in G. Velho, O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SADER, E.; PAOLI, M.C. e TELLES, V.S. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História, 6. São Paulo, ANPUH, Marco Zero, 1983.

SENNETT, Richard. Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta. Tradução: Clóvis Marques. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018

SILVA, Luiz Antonio Machado. O Significado do Botequim. Enfoques - revista dos alunos do PPGSA-UFRJ, v.10(1), maio 2011. Online. pp. 115-136. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/~enfoques/>

SIMAS, Luiz Antonio. Maracanã: quando a cidade era terreiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org). O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, G. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução: Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Mauad Editora Ltda, 2019.

RISÉRIO, Antonio. A cidade no Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

THOMPSON, E. P. A formação da Classe Operária Inglesa, vol 1: a árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottmann. 11 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

VALLADARES, L. D. P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, Gilberto (org.). Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.